

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

“CONHECER PARA PRESERVAR”: A trajetória das ações educativas como instrumento de preservação do Patrimônio e seus reflexos no Projeto “Casa do Magnetismo”.

São Luís - MA

2021

GABRYELLE ALVES BRANDÃO

“CONHECER PARA PRESERVAR”: A trajetória das ações educativas como instrumento de preservação do Patrimônio e seus reflexos no Projeto “Casa do Magnetismo”.

Monografia apresentada ao curso de História, vinculado ao Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura plena em História.

Orientadora: Profa. Dra. Júlia Constança Camelo

São Luís - MA

2021

Brandão, Gabryelle Alves.

"Conhecer para preservar: A trajetória das ações educativas como instrumento de preservação do Patrimônio e seus reflexos no Projeto "Casa do Magnetismo". /Gabryelle Alves Brandão. – São Luís, 2021.

65 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2021.

Orientadora: Profa. Dra. Julia Constança Camelo.

1. Patrimônio. 2. Museus. 3. Educação Patrimonial. I. Título.

CDU: 930.85:7.025(812.1)

Elaborada por Reyjane Mendes - CRB 13/679

GABRYELLE ALVES BRANDÃO

“CONHECER PARA PRESERVAR”: A trajetória das ações educativas como instrumento de preservação do Patrimônio e seus reflexos no Projeto “Casa do Magnetismo”.

Monografia apresentada ao curso de História do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de licenciatura plena em História.

Orientador (a): Profa. Dra. Julia Constança Pereira Camelo.

Aprovado em / /

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr.^a Júlia Constança Pereira Camêlo – Orientadora
(Universidade Estadual do Maranhão – UEMA)

1º Examinador (a)

2º Examinador (a)

Dedico este trabalho à minha mãe, Maria Cristina Alves, meu ponto de apoio, que sempre acreditou em mim e nunca me permitiu desistir, e ao meu pai Francisco Diórgenes Ferreira Brandão, por todo investimento em minha educação.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, por me permitir chegar até aqui, mesmo com tantos empecilhos, reservo toda a minha gratidão as pessoas que atravessaram meu caminho e me acompanharam nessa jornada, pessoas que me ajudaram a prosseguir em todos os momentos que acreditei não conseguir.

A minha querida família, por sempre me apoiar, e por sempre acreditar na minha capacidade, em especial, a minha mãe Maria Cristina, por ser meu porto seguro, por todas as orações e apoio nesta caminhada, ao meu pai Francisco Diórgenes, por sempre incentivar meus sonhos e estudos, reconheço e agradeço todo seu esforço para que nossa família sempre prospere, toda a minha gratidão a minha querida avó Sebastiana (Dona loló), por ser uma inspiração a todos nós, por todo empenho e dedicação a família e a educação, e por sempre nos fortalecer.

Aos meus irmãos Francisco e Daniel, as minhas primas-irmãs Elaine, Letícia, Taliana, Patrícia, Laís, Larissa e Poliana, e a minha tia Maria do Socorro, não poderia deixar de mencionar meus amados sobrinhos, Gabriel e Maria Laura, duas crianças especiais que tornaram minha vida mais sorridente e colorida, tudo que faço é por vocês.

Tenho imensa gratidão a duas pessoas incríveis que cruzaram o meu caminho nesses anos de graduação, Flávia Cristina e Vanessa Marques, sem vocês, esse trabalho não seria possível, obrigada por todas as dicas, conselhos, palavras e momentos de desabafo, por todos as vezes em que me ajudaram a enxergar um rumo a seguir.

Agradeço a Samir Rêbello, pelo apoio incondicional nos últimos meses, a Liana, Janice, Arnold, Raul, Stephanie, Victor e a tantas outras pessoas que tornaram esses anos mais fáceis. Ao meu querido amigo, Diêgo, por todo o apoio que me deu nesse ano tão difícil, agradeço por todos os anos de amizade.

À toda a equipe da Casa de Nhozinho, onde tive a oportunidade de estagiar durante dois anos e além de aprender muito sobre a arte e a cultura do meu estado, conheci pessoas essenciais a minha formação pessoal e profissional, seu Jandir Gonçalves, Lilian Brito, Vanderlei, Deydson, Raniele e em especial, a Mayrluce Diniz e Ana Beatriz, duas pessoas incríveis que levo para a vida.

Meus agradecimentos especiais, a Casa do Maranhão e ao seu Iguatemy Carvalho, um ser humano incrível, que trabalha arduamente na gestão da casa, contribuindo na criação de um espaço único e essencial para os registros da cultura maranhense, obrigada por acreditar nesta pesquisa e pelo acolhimento.

Aos meus professores do ensino básico, em especial a Joelson Botelho, que tanto me inspirou a escolher este curso e a seguir nesta profissão, a todos os professores incríveis da graduação, que contribuíram imensamente em minha formação, e a minha querida orientadora Professora Júlia Constança.

Meus sinceros agradecimentos a tantas outras pessoas que não pude citar, mas que de diversas maneiras contribuíram para a construção deste trabalho, tenho muito a agradecer.

"Há uma gota de sangue em cada museu e em cada bem ou manifestação patrimoniável. Sangue, suor, lágrima e outros tantos líquidos contribuem para os registros de memória e constituem aspectos da nossa própria humanidade".

Mário Chagas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Apropriação em comemoração aos 60 anos do Boi de Axixá.....	43
Figura 2: Visitação mediada a um grupo escolar na Casa do Maranhão.....	46
Figura 3: Visitantes acompanhando a mediação na atividade trilha magnética.....	48
Figura 4: Visitantes acompanhando a mediação na Exposição Fotográfica Festejo de São Marçal: Resistência Cultural dos grupos de bumba-meu-boi do Maranhão.....	49
Figura 5: Folder de divulgação da primeira roda de conversa da ação “Mulheres que fazem cultura”	50
Figura 6: Folder de divulgação da segunda roda de conversa da ação “Mulheres que fazem cultura”	50
Figura 7: Atividade de formação com mediadores culturais.....	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Transcrição dos dados disponíveis nos relatórios mensais da Casa do Maranhão, mês de junho de 2019.....	39
Tabela 2: Apropriações realizadas na Casa do Maranhão no mês de junho de 2019.....	43
Tabela 3: Ações inseridas ao cronograma do projeto no mês de julho.....	44
Tabela 4: Número de visitantes divididos entre os meses de realização do projeto.....	45
Tabela 5: Quantidade de grupos escolares que realizaram visita nos meses de junho a agosto de 2019.....	45
Tabela 6: Aplicação dos apontamentos metodológicos do Guia Básico de Educação Patrimonial ao projeto casa do magnetismo.....	52
Tabela 7: Comparação entre as etapas metodológicas do Guia básico de Educação Patrimonial e os Resultados obtidos pelo projeto Casa do Magnetismo.....	52

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a utilização de ações educativas como ferramenta de preservação do Patrimônio, a partir da análise inicial das Cartas Patrimoniais, documentos desenvolvidos em encontros nacionais e internacionais, que tinham como premissa fundamental discutir políticas de preservação do Patrimônio. Ao observar a utilização da educação como prática preservacionista, trabalhamos as instituições museológicas como espaços fundamentais à Educação Patrimonial e a inserção da comunidade como sujeitos sociais ativos na prática preservacionista, utilizando como objeto de análise o Projeto Casa do Magnetismo, realizado na Casa do Maranhão no ano de 2019.

Palavras Chaves: Patrimônio, Museus, Educação Patrimonial.

ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze the use of educational actions as a tool for the preservation of Heritage, based on the initial analysis of the Patrimonial Letters, documents developed in national and international meetings, which had as a fundamental premise to discuss heritage preservation policies. By observing the use of education as a preservationist practice, we work the museological institutions as fundamental spaces to Patrimonial Education and the insertion of the community as social subjects active in preservationist practice, using as object of analysis the Casa do Magnetism Project, held at Casa do Maranhão in 2019.

Key-Words: Heritage, Museums, Heritage Education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. AÇÕES EDUCATIVAS E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NAS CARTAS PATRIMONIAIS.....	17
2.1 Patrimônio Imaterial: Conceito, preservação e registro.....	21
2.2 Patrimônio Imaterial no Maranhão.....	25
3. UMA NOVA CONCEPÇÃO DE MUSEU: ENTRE A EDUCAÇÃO E A SOCIEDADE.....	28
3.1 Museologia Social e práticas educativas.....	30
4. O PROJETO CASA DO MAGNETISMO COMO INSTRUMENTO EDUCATIVO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MARANHENSE.....	38
4.1 Ações Educativas desenvolvidas no “Projeto Casa do Magnetismo”	39
4.2 4.2 Resultados e Proposições: A Casa do Maranhão e a contribuição do Projeto Casa do Magnetismo na construção de uma Museologia Educativa e Social.....	46
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
6. REFERÊNCIAS	61

1. INTRODUÇÃO

As discussões em torno do conceito de Patrimônio e da ideia do Patrimônio a ser preservado, esteve por muito tempo ligada a concepção material do termo, no Brasil a promulgação da Constituição de 1988 e a aplicação do decreto nº 3.551 de 4 de agosto 2000 que determina a instituição do registro de bens culturais de natureza imaterial comporta-se como um marco importante para as discussões sobre as políticas de valorização e preservação dessa vertente patrimonial. Em termos de debates acerca da prática educativa ligada aos conceitos de Patrimônio, a partir de 1980, com o Projeto Interação é possível observar o início de práticas que vão se consolidar posteriormente dentro do conceito de Educação Patrimonial, que diz respeito a toda uma metodologia fundamentada, no Brasil, principalmente a partir do Guia básico de Educação Patrimonial, publicado em 1999.

No Maranhão em 1982 foi criado o Centro de Cultura Popular Domingos Vieira filho, o equipamento cultural deu origem a outras duas casas de cultura, a Casa de Nhozinho e a Casa do Maranhão, ambas inauguradas no ano de 2002, a temática das três casas aborda principalmente aspectos ligados as práticas culturais e populares Maranhenses. A Casa do Maranhão abriga essencialmente o acervo ligado ao bumba meu boi, manifestação popular reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como Patrimônio Cultural do Brasil no ano de 2011, a criação desses espaços está inserida em um contexto importante aos ideais de valorização e preservação do Patrimônio Cultural maranhense, compreendendo os museus como ferramenta educativa e social, essencial para o desenvolvimento do senso de preservação.

O presente trabalho é fruto de dois anos de vivência de mediação cultural nas três Casas ligadas a Superintendência de Cultura popular, a partir de reflexões e debates sobre a importância das políticas de preservação do patrimônio, na tentativa de compreender os aparelhos culturais como espaços dinâmicos e educativos, para além do que está exposto como acervo, e como meio de uma série de estratégias que possibilitam a construção de uma rede de conhecimento sobre a História e sua relação com a Cultura Popular.

Procuramos no desenvolvimento deste trabalho compreender historicamente o lugar da Educação como um instrumento de preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, relacionando a discussão com o papel essencialmente educativo dos museus, tendo como objeto a vivência do Projeto “Casa do Magnetismo”, realizado na Casa do Maranhão entre os meses

de junho, julho e agosto de 2019, discutir a importância da aplicação de ações educativas como instrumento de preservação do Patrimônio imaterial maranhense, exemplificado, principalmente, pela manifestação popular do Bumba-meu-boi, apresentando ao público um panorama de informações que possibilitam o conhecimento dessa manifestação cultural não apenas como um produto turístico, mas como um patrimônio imaterial reconhecido pelo IPHAN, uma manifestação mobilizadora de agentes sociais e um símbolo de resistência.

A importância dessa discussão, que aborda o Bumba-meu-boi como símbolo principal do Patrimônio imaterial maranhense, constitui como um passo essencial na construção do senso de preservação dessas manifestações pela comunidade, sendo assim, pretende-se demonstrar que a aplicação de ações educativas tem caráter essencial no ato de “conhecer para preservar”.

Para a construção do presente texto foram utilizadas como fonte de pesquisa dois documentos essenciais para o desenvolvimento do objeto. As Cartas Patrimoniais, em específico, as que desenvolvem a temática da educação como instrumento de preservação do patrimônio como meio de historicizar a aplicação de ações educativas ligadas ao ideal preservacionista e compreender as transformações em torno do conceito de Patrimônio, bem como, uma série de relatórios que apresentam objetivos e resultados das ações realizadas no Projeto “Casa do Magnetismo”, com o objetivo de analisar como o referido projeto, contribuiu como um instrumento social e educativo de preservação do Patrimônio Cultural imaterial maranhense.

No primeiro capítulo trabalhamos com uma tentativa de construção de um panorama, a partir das Cartas Patrimoniais, disponíveis no site do IPHAN, com o objetivo de colocar em pauta como a temática da educação é trabalhada como instrumento de preservação, e refletir sobre o desenvolvimento no conceito de Patrimônio expressado nesses documentos, até chegar ao contexto de construção da ideia de Patrimônio Imaterial ou Intangível, destacando o reflexo dessas questões no processo de valorização das manifestações culturais maranhenses, considerando o registro dessas manifestações como um instrumento de consolidação desses bens culturais, historicamente perseguidos por uma concepção ligada a relação dicotômica entre a cultura erudita e cultura popular, como símbolos da cultura maranhense.

No segundo capítulo discutimos o desenvolvimento no conceito de museu, desde a ideia de uma prática de colecionismo voltada para obtenção de prestígio, seu processo de transformação em instituição pública, até sua reformulação com o desenvolvimento da Revolução Francesa, quando se destaca o espaço museológico como voltado para o resguardo

do patrimônio nacional. Seguindo as modificações em torno das concepções de cultura e patrimônio, observamos como se dá o processo de transformação do objeto museológico, e a inclusão de uma perspectiva museológica voltada para a crítica ao caráter colonial dos museus, utilizando desta premissa para apresentar novas concepções de museus e da museologia, analisando, principalmente a museologia social, e o caráter educativo da instituição.

No terceiro capítulo, analisamos a Casa do Maranhão e o Projeto “Casa do Magnetismo” como parte de uma proposta de construção no Maranhão, de espaços museológicos educativos e sociais. Utilizamos como fonte de pesquisa, os relatórios de resultados das ações desenvolvidas nos meses de junho, julho e agosto de 2019, cedidos pela gestão da Casa do Maranhão, a partir dos quais foi possível compreender o projeto como uma prática de Educação Patrimonial, inserida em uma perspectiva crítica de que esta compõe um campo diverso e de amplas metodologias possíveis.

2. AÇÕES EDUCATIVAS E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NAS CARTAS PATRIMONIAIS.

Pensar a educação como instrumento de preservação do Patrimônio Cultural, implica compreender de forma distinta tais conceitos, partindo da perspectiva de Paulo Freire (2006), a educação constitui-se em uma experiência humana, uma forma de intervenção do sujeito no mundo, Costa (2015) ao analisar a concepção de educação nas obras de Freire, destaca que a educação na perspectiva Freiriana é um processo político constante de criação do conhecimento e de busca pela transformação da realidade pela ação reflexiva humana, é importante destacar a utilização do processo educativo como instrumento de transformação da realidade, tendo em vista que tal realidade é favorecida pelas ideias das classes dominantes, a educação segundo a perspectiva de Freire é parte fundamental de um processo político de intervenção do sujeito dentro de sua realidade.

Bittencourt (2008) destaca que o principal compromisso do campo educacional com a ideia de Patrimônio Cultural é de articular uma Educação Patrimonial que esteja focada no pluralismo cultural, uma concepção de educação que supere o enfoque nos fatos históricos “notáveis” e trabalhe no desenvolvimento de uma narrativa histórica mais ampla e de uma concepção de Patrimônio e preservação de elementos que compõem a identidade das comunidades locais, regionais e nacionais. A utilização de práticas educativas como instrumento de preservação do Patrimônio, pode ser lida como parte dessa concepção de educação, tendo como premissa que o conhecimento e o reconhecimento do sujeito a sua realidade histórica e cultural leva ao desenvolvimento do senso de preservação, é possível observar em Horta (1999), a definição de Educação Patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA, 1999, p.4)

A Educação Patrimonial seria segundo tal definição um meio de promover o trabalho do Patrimônio Cultural como fonte e objeto do conhecimento, tendo como objetivo principal, desenvolver nos diferentes públicos o conhecimento, apropriação e conseqüentemente a

valorização dos bens que constituem sua realidade cultural. Ainda na concepção de Horta (1999), tal metodologia é capaz de produzir, um “conhecimento crítico e a apropriação consciente do patrimônio” pelas comunidades, constitui um instrumento imprescindível de um processo de "alfabetização cultural". (HORTA, 1999, p.4)

Simone Scifoni (2017) ao trabalhar os desafios para o desenvolvimento de uma nova Educação Patrimonial, destaca que o principal problema para a consolidação da Educação Patrimonial como um campo teórico, está na fragmentação em termo de denominações, trazendo como questionamento, como avançar na consolidação de uma categoria teórica, se a mesma apresenta diferentes denominações que cabem dentro da mesma definição?

Para Scifoni (2017), a publicação do Guia Básico de Educação Patrimonial, por apresentar a ideia de Educação Patrimonial ligada a uma metodologia trabalhada como única, limitou a possibilidade de compreensão de diversas metodologias distintas que caberiam na definição de Educação Patrimonial.

Chagas (2013) destaca que em sua visão Educação e Patrimônio são termos indissociáveis, a ideia de estabelecimento de uma “Educação Patrimonial”, seria para o autor, uma proposta redundante. Em sua visão a ideia de estabelecimento de um “marco zero” para a consolidação desse conceito constitui uma ação, de certo modo, excludente:

De outro modo: a expressão em análise constitui um campo e uma prática de educação socialmente adjetivada e não está especialmente vinculada a nenhuma metodologia, a nenhum autor, a nenhum lugar, a nenhuma data em particular. (CHAGAS, 2013, p.5)

Apesar das discussões críticas em torno de sua publicação e suas delimitações metodológicas o Guia Básico de Educação Patrimonial constitui-se como um importante instrumento de compreensão das discussões em torno da educação como ferramenta de preservação do Patrimônio Cultural, por trabalhar um conceito amplo de Patrimônio e abordar uma metodologia voltada para a aplicação de recurso didáticos. O que precisa ser levado em consideração como destaca Scifoni (2017), é a necessidade de inserir as diversas denominações e metodologias no campo da Educação Patrimonial.

O Desenvolvimento de ações educativas como instrumento de preservação do Patrimônio, esteve em foco segundo Baima (2016) em contextos anteriores a dois importantes "marcos" da trajetória de valorização do Patrimônio Cultural no Brasil, a criação do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1937 e a publicação do Guia Básico de Educação Patrimonial em 1999, o autor destaca que o anteprojeto realizado por Mário de

Andrade e a equipe do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1936, tinha como objetivo refletir sobre "a difusão e preservação do Patrimônio e a aproximação com os espaços museológicos e sua ação pedagógica." (BAIMA, 2016, p.55) e o Projeto Interação desenvolvido na década 1980 que tinha como objetivo "mediar a participação da população no processo educacional e cultural" (BAIMA, 2016, p.55), em termos práticos o Projeto buscava desenvolver no público escolar, o conhecimento acerca da comunidade e suas múltiplas vivências culturais, é possível observar que a busca por uma ideia de educação, voltada para a valorização dos bens culturais, esteve em desenvolvimento no Brasil, mesmo antes da publicação do Guia Básico, como destacado por Chagas (2013) e Scifoni (2017). Sobre os significados a longo prazo do Projeto Interação, Baima destaca:

Sendo assim, o projeto sem dúvida pode ser caracterizado como uma proposta educacional, na qual o IPHAN participou e auxiliou no levantamento de debates, na construção de novos eixos de atuação entre Estado e sociedade civil e na formulação de ações pedagógicas que colocavam as comunidades e alunos como protagonistas no processo de ensino e aprendizagem; sendo a noção de referência cultural uma das ferramentas essenciais na valorização e ressignificação dos bens, práticas e costumes culturais realizados por esses indivíduos (BAIMA, 2016, p.60).

Segundo o autor, o principal resultado do projeto, foi o desenvolvimento de ações que contribuíram com um processo de ampliação da participação da comunidade e público escolar na discussão de valorização dos bens culturais, situando-os com agentes no processo de preservação desses bens, questão abordada nas Cartas Patrimoniais.

A aplicação de ações educativas voltadas para a prática de preservação do Patrimônio, está expressa historicamente a partir das Cartas Patrimoniais, uma série de documentos provenientes de reuniões e debates, a nível nacional e internacional, que abordam questões relativas a políticas de valorização e preservação do Patrimônio. Como destaca:

As cartas patrimoniais são documentos nacionais e internacionais resultantes de reuniões sobre a preservação do patrimônio cultural que, desde 1931, recomendam a promoção e a prática de ações educativas pautadas em conceitos de patrimônio cultural e intervenções arquitetônicas e urbanísticas, que se constroem, reconstroem, ou desconstroem ao longo do tempo (COSTA, 2011, p.19).

É importante questionar, o que significava para essas resoluções a ideia de ação educativa, Costa (2011) coloca que constituem práticas que a partir do ensino formal e não formal, corroborem a partir da informação, com o desenvolvimento do senso de conscientização, destacando a realização de oficinas, palestras, seminários, divulgação de

materiais informativos, utilização de meios de comunicação e entretenimento e espaços de aprendizagem.

A Carta de Atenas de outubro de 1931, aborda questões relativas à preservação dos monumentos históricos e arquitetônicos, é possível observar a demonstração do papel da educação como instrumento de conservação dos monumentos, destaca-se que a principal garantia de preservação de um monumento se dá a partir do desenvolvimento do “respeito e interesse dos próprios povos”, colocando em evidência a importância de dois agentes fundamentais para o desenvolvimento desse processo, o estado por meio de ações apropriadas e voltadas para esse fim, e os profissionais da educação que segundo o texto são essenciais para desenvolver nas crianças e adolescentes esse senso indispensável de preservação.

Com a Recomendação de Nova Delhi de 1956, que trabalha principalmente as determinações em torno da pesquisa e difusão do conhecimento sobre os bens culturais provenientes da pesquisa arqueológica é possível observar como destaca Costa (2011), a primeira utilização do termo “ações educativas” nas Cartas Patrimoniais. Tal colocação do termo destaca tais ações como instrumento de educação do público, como uma ferramenta das autoridades na busca do desenvolvimento ao respeito e estima aos bens que constituem o passado, é importante destacar que o documento aborda de que forma tais ações devem ser aplicadas, destacando a utilização do ensino de História, e dos meios de difusão de informação, bem como o incentivo a participação da comunidade escolar em pesquisas e processos informativos voltados para a comunidade em geral.

A expressão “ações educativas” tinha como objetivo despertar e desenvolver o interesse pelo passado, sugerindo maneiras de promovê-los, como a utilização da história, a participação de estudantes, a divulgação pela imprensa, a organização de circuitos turísticos, exposições e conferências (IPHAN, 2004, 69-74 apud COSTA, 2011, p. 26).

Em 1962 na Recomendação de Paris a aplicação de ações educativas é expressa como um instrumento capaz de fomentar o respeito público pelas paisagens e sítios, bens trabalhados como Patrimônio a ser preservado, e como meio de aproximar o público das ideias que determinam a sua salvaguarda. Para alcançar esses objetivos é destacado a necessidade de preparação de professores para a realização dessas ações, a utilização dos meios de divulgação para o alcance do público fora do ambiente escolar, como a imprensa, e o papel do estado como facilitador ao acesso do público fora do ambiente escolar a instrumentos educativos.

Já na Recomendação de Paris de 1968 é utilizado o termo programas educativos como parte de um conjunto de medidas voltadas para a preservação e salvamento do Patrimônio, tais

medidas são definidas como um conjunto de publicações, artigos veiculados na imprensa, e em programas de rádio e televisão, bem como a utilização de espaços físicos como as escolas, associações e órgãos públicos voltados para o desenvolvimento histórico, cultural e turístico, destacando por fim os museus como espaços educativos voltados para a preservação. Costa (2011), destaca que a tais programas constituíam uma série de ações que tinham como premissa principal suscitar o interesse de valorização do Patrimônio Nacional, e aquele pertencente a outros povos.

Na leitura das quatro cartas destaca é possível observar a presença da educação como elemento essencial à valorização do Patrimônio, a utilização de ações educativas como instrumento de preservação é destacada primeiramente como uma atitude do poder público voltado para população, em suma, uma ferramenta do poder público com o objetivo central de desenvolver na sociedade o senso de valorização dos bens culturais e consequentemente do Patrimônio, outra questão abordada é a utilização dos meios de comunicação como instrumento de divulgação de informações sobre a valorização dos bens que constituem o Patrimônio, definindo-os como programas educativos, voltados principalmente para o público que não faz parte do contexto escolar (COSTA, 2011).

De fato, é importante destacar que a ideia do “patrimônio a ser preservado” expressado majoritariamente nas determinações dessas cartas é o Patrimônio de origem Material, porém é possível a partir delas trabalhar o espaço das ações educativas na discussão em torno das políticas de preservação da ideia de Patrimônio como um todo, na qual se engloba o Patrimônio Imaterial, que será trabalhado nas cartas a partir de 1985. A Declaração do México de 1985 e a Carta de Fortaleza de 1997 são importantes no debate sobre o alargamento das concepções de Patrimônio Cultural, e da inserção da natureza imaterial do Patrimônio nas práticas preservacionistas.

Fonseca (2009) destaca que por muito tempo os instrumentos de preservação do Patrimônio estavam exclusivamente ligados a lógica dos bens de "pedra e cal", compreendendo o Brasil como um espaço de múltiplas culturas, a autora destaca que a redução de uma perspectiva de patrimônio que considera como “bem a ser preservado”, apenas aqueles ligados a influência da colonização europeia, é problemática e contribui com um discurso eurocêntrico e limitador da discussão de preservação do Patrimônio que compreenda os bens intangíveis.

2.1 Patrimônio Imaterial: Conceito, preservação e registro.

A Declaração do México de 1985 trabalha inicialmente com o conceito múltiplo de cultura que compreende, segundo a Declaração, “uma dimensão fundamental do processo de desenvolvimento” (IPHAN, 1985) contribuindo ativamente no desenvolvimento e fortalecimento da independência, soberania e identidade das nações, ao trabalhar sobre o Patrimônio Cultural, o documento expressa que o termo compreende as produções de artistas tais como músicos, escritores, arquitetos, produções anônimas e populares, destacando que obras materiais e não materiais constituem parte fundamental do que se considera um Patrimônio Cultural. Tal Declaração simboliza um contexto histórico que possibilitou a inserção da ideia de Patrimônio Imaterial como alvo das ações preservacionistas propostas pelas Cartas Patrimoniais pela primeira vez desde a Carta de Atenas de 1931.

A Carta de Fortaleza de 1997, é fruto das discussões do Seminário “Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção”, promovido na cidade de Fortaleza em comemoração aos 60 anos de criação do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o objetivo do encontro expresso pelo documento era:

O objetivo do Seminário foi recolher subsídios que permitissem a elaboração de diretrizes e a criação de instrumentos legais e administrativos visando a identificar, proteger, promover e fomentar os processos e bens “portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Artigo 216 da Constituição), considerados em toda a sua complexidade, diversidade e dinâmica, particularmente, as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artística e tecnológicas, com especial atenção àquelas referentes a cultura popular (IPHAN, 1997).

É possível observar que as recomendações trabalhadas na Carta de Fortaleza, destacam a importância de medidas preservacionistas voltadas para uma concepção mais abrangente de Patrimônio, destacando o Artigo 216 da Constituição Federal de 1988 que determina como Patrimônio Cultural Brasileiro os bens de origem material e imaterial, a inserção dos bens de intangíveis, e as deliberações em torno do registro para fins de sua valorização e preservação estão previstas no decreto Nº 3.551 de 4 de agosto de 2000 que determina a instituição do registro de bens culturais de natureza imaterial e cria o programa nacional do Patrimônio Imaterial.

Oliven (2009), destaca que o Artigo 216 da Constituição, simboliza a ampliação da definição de Patrimônio Cultural, que passa a abranger expressões da cultura popular que compõem o Patrimônio dito intangível, o reflexo principal dessa ampliação de perspectiva é o Decreto Nº 3.551/2000, a instituição de uma política de preservação específica que aborde a dinamicidade das manifestações que constituem os bens imateriais.

Em um primeiro momento a Carta de Fortaleza de 1997 expressa cinco considerações importantes ao contexto do Seminário em que foi produzido, de acordo com a Carta, é tarefa do IPHAN o trabalho de identificação, documentação, proteção, fiscalização e preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, é importante destacar que essa noção é trabalhada entre tais considerações como um conjunto de bens de natureza material e imaterial, destacando o determinado pelo Artigo 216 da Constituição de 1988. O documento coloca em pauta, a necessidade de se pensar os bens intangíveis como alvo de "proteção específica", questão trabalhada no tópico posterior.

A Carta de Fortaleza de 1997, reúne uma série de recomendações sobre o tratamento do Patrimônio Imaterial, expressando o que significa na visão do seminário, tal "proteção específica". A principal recomendação abordada trata da necessidade de aprofundamento, pelo IPHAN em conjunto com instituições de pesquisa e universidades, "ao conceito de bem cultural de natureza imaterial" (IPHAN,1997) em seguida é destacada a necessidade do trabalho das instituições, dentre elas o Ministério da Cultura, na realização de um inventário dos bens culturais de natureza imaterial em nível nacional, bem como é recomendada a criação de um grupo de trabalho que tenha como objetivo desenvolver estudos sobre a criação do registro desses bens culturais, com intuito de desenvolver instrumentos de preservação e valorização da cultura imaterial, como destacado anteriormente, tal pauta é abordada a partir do Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000.

É possível observar a partir de tal carta, que a principal questão abordada no Seminário Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção”, diz respeito ao papel do IPHAN como instituição essencial para a consolidação das discussões e medidas de construção do conceito de Patrimônio Imaterial no Brasil e suas políticas de preservação, as Cartas Patrimoniais, a partir de então, a nível nacional e internacional, vão desenvolver e discutir as práticas preservacionistas levando em consideração o Patrimônio de origem Imaterial.

Como é possível observar na Recomendação de Paris de 2003, desenvolvida na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, tal recomendação trabalha as determinações voltadas para a Salvaguarda dos bens culturais de origem imaterial, destacados pela convenção como “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas... que as comunidades, os grupos, e em alguns casos os indivíduos reconhecem parte integrante do seu patrimônio cultural.” (IPHAN, 2003)

Sobre a Convenção Internacional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, Ferreti (2010) coloca que a convenção foi um importante acontecimento para o estabelecimento da concepção de "salvaguarda", que segundo tal documento "compreende ações de identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização e transmissão desse patrimônio" (LONDRES, 2004, p.12 apud FERRETTI, 2010, p.176).

Françoise Chaoy (2014) destaca o conceito de Patrimônio como "um bem destinado ao usufruto de comunidade, que se constitui pela acumulação de objetos de um passado comum", tendo em vista as modificações em torno desse conceito, Fonseca (2009) coloca que a dimensão imaterial do Patrimônio está inserida em uma concepção do "intangível", ou seja, aquilo que remete ao "transitório, fugaz, que não se materializa em produtos duráveis" (FONSECA, 2009, p.68) Como é possível observar:

Se durante décadas predominou um tipo de atuação preservacionista, voltada prioritariamente para o tombamento dos chamados bens de pedra e cal – Igrejas, fortes, pontes, chafarizes, prédios e conjuntos urbanos representativos de estilos arquitetônicos específicos-, o referido decreto pôs em cena uma antiga preocupação de alguns intelectuais brasileiros, entre os quais se destacou Mário de Andrade, qual seja, a de valorizar o tema do intangível, contribuindo social e politicamente para a construção de um acervo amplo e diversificado de expressões culturais, em diferentes áreas: línguas, festas, rituais, danças, lendas, mitos, músicas, saberes, técnicas e fazeres diversificados (ABREU; CHAGAS, 2009 p.13).

Sobre as determinações do decreto 3.551/2000, Sant'anna (2009) destaca que diferente da prática do tombamento, o registro das manifestações da cultura imaterial, utilizam da "identificação e produção de conhecimento" sobre determinado bem, corresponde a documentação ampla a respeito das manifestações transformando essas informações em materiais acessíveis ao público, considerando a dinamicidade dos bens intangíveis. Diferente de uma política preservacionista voltada para o tombamento, utilizada nos bens patrimoniais de origem material, o registro e documentação, segundo Sant'anna (2009) funcionam como meio de compreender as necessidades que possibilitem a continuidade dessas manifestações. Sobre as determinações do Decreto 3.551/2000, Sant'anna destaca:

Os bens selecionados para os registros serão, à semelhança dos bens tombados, inscritos em livros denominados, respectivamente, Livro de registro de saberes (para o registro de conhecimentos e modos de fazer), Livro das celebrações (para as festas, os rituais e os folguedos), Livro das formas de expressão (para a inscrição de manifestações literárias, músicas, plásticas, cênicas e lúdicas), e Livro dos lugares (destinado à inscrição de espaços onde concentram-se e reproduzem-se práticas culturais coletivas). Ao considerar a dinâmica dessas manifestações e com o objetivo de acompanhar suas

transformações, prevê-se que o registro seja refeito, no mínimo a cada dez anos (SANT'ANNA, 2009, p.56).

Seguindo a interpretação do decreto, Sant'anna destaca que o registro dos bens culturais de origem imaterial segue uma lógica semelhante dos bens tombados, o registro dessas manifestações culturais são divididos em livros, que levam em consideração os saberes, as celebrações, as formas de expressão e os lugares, considerando, principalmente, a dinamicidade da cultura imaterial, o objetivo principal dessa medida é de promover o desenvolvimento de pesquisas e produção de conhecimento que contribuam de maneira prática na continuidade dessas manifestações.

2.2 Patrimônio Imaterial no Maranhão

O desenvolvimento das discussões em torno das práticas preservacionistas, e o alargamento da concepção de Patrimônio Cultural a nível internacional e nacional, vão possibilitar a nível de Maranhão um contexto de difusão de conhecimento em torno da importância de valorização das manifestações culturais do estado. Existem duas questões fundamentais para compreender como esse debate reflete no tratamento das manifestações populares maranhenses, a ideia dicotômica entre a “cultura erudita e a cultura popular”, que possibilitou o desenvolvimento da discriminação às manifestações praticadas pelas classes menos favorecidas e o desenvolvimento de uma nova perspectiva de Cultura e Patrimônio, que se deu a partir de meados do século XX.

Sandra Pesavento (2003) quando aborda a concepção de existência de uma "Nova História Cultural" destaca que o termo remete a existência de uma antiga História Cultural, a autora evidencia que para o desenvolvimento de uma nova ideia de História cultural, foram colocadas em segundo plano análises de viés marxista que compreendiam o conceito de cultura como parte de uma "superestrutura", ligada a ideia de uma "manifestação superior do espírito humano e, portanto, como domínio das elites", bem como o questionamento da ideia dicotômica entre "cultura erudita e cultura popular" (PESAVENTO, 2003, p.4). Em um contexto histórico que teve início ainda no século XIX e se alargou até a década de 1960, a discussão em torno da ideia de cultura esteve pautada dentro dessa lógica dicotômica, entre a cultura das elites e a cultura popular.

Sérgio Ferretti (2010), ao discutir questões relativas ao Patrimônio Imaterial e o Tambor de Crioula, coloca em pauta que durante todo o século XIX e meados do século XX, as manifestações culturais praticadas pela população negra e escravizada eram “apenas toleradas”

pelas classes mais altas da sociedade, tendo o registro dessas manifestações quase sempre documentadas nas colunas policiais, tais manifestações chegaram a ser consideradas proibidas, como é possível observar:

A partir de meados da década de 1830, os Códigos de Posturas Municipais de São Luís e outras cidades do Maranhão passaram a proibir batuques de negros, por receio de que perturbassem a ordem pública. Na literatura maranhense do século XIX aparecem poucos sobre o tambor de crioula, como as poesias de Trajano Galvão e de Celso de Magalhães nas décadas de 1860/1870 que, entretanto, demonstravam conhecimentos vagos, preconceituosos e errôneos (FERRETTI, 2010, p. 175).

É possível observar que as manifestações culturais de cunho popular, no contexto do século XIX, praticadas por pessoas escravizadas, eram tidas pelas elites como meros “batuques” que colocavam em risco a ordem pública e por isso passaram a ser tidas como proibidas, o próprio Bumba Meu Boi, atualmente tido como grande símbolo da cultura maranhense passou por esse processo de discriminação e proibição.

Em artigo sobre a discriminação do Bumba Meu Boi nos periódicos do século XIX, Costa e Camêlo (2011) destacam, que o discurso desses periódicos precisa ser analisado como um elemento legitimador de um discurso liberal apropriado pela classe dominante, colocando em evidência o ideal civilizador da elite maranhense do século XIX, que tinha as manifestações populares como parte de um oposto, “exótico, marginal e incivilizado”.

Um segundo momento, diz respeito ao amplo processo de valorização das manifestações da cultura imaterial no âmbito nacional, propiciado pelo desenvolvimento de novas interpretações da ideia de Cultura e Patrimônio. Segundo Pesavento (2003), o termo Cultura é definido por “uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica”, bem como, um “conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2003, p.8) dentro dessa concepção é importante o questionamento da perspectiva de uma cultura popular em detrimento de uma cultura erudita.

Ferretti (2010) destaca que a partir da década de 1970, a UNESCO, passou a valorizar, os aspectos constituintes da cultura imaterial, estas ligadas as práticas culturais ditas populares, “que até então eram pouco apoiadas nas políticas de preservação do patrimônio” destaca que a partir da década de 1970, a ideia dicotômica que se tinha em torno do Patrimônio material e imaterial, passou a ser relacionada, como aspectos constituintes do Patrimônio Cultural.

Essa inclusão do viés imaterial como parte das políticas de preservação do Patrimônio, vai contribuir diretamente para o desenvolvimento de uma legislação que proponha o registro

e salvaguarda desses bens culturais, como já destacado o Decreto nº 3.551/2000, demonstra, o estabelecimento de um compromisso por parte do estado, de "salvaguardar o funcionamento de alguns desses bens", a partir dos dossiês de registro, que tem como objetivo o estímulo ao desenvolvimento de pesquisas, e conseqüentemente, produção de conhecimento sobre tais bens (FERRETTI, 2010).

Beneficiados pelo desenvolvimento de uma legislação voltada para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, o tambor de crioula teve seu registro inscrito no ano de 2007, no livro das formas de expressão, seguido pelo bumba-meu-boi que em 2011 foi registrado no livro de registro de Celebrações, o ato do registro de ambas manifestações como parte do Patrimônio Imaterial Brasileiro, expressa, como coloca Ferretti (2010), o reconhecimento por parte do estado, da importância dessas manifestações na construção de uma "identidade cultural brasileira".

3. UMA NOVA CONCEPÇÃO DE MUSEU: ENTRE A EDUCAÇÃO E A SOCIEDADE.

Segundo Marlene Suano (1986), o termo museu é derivado do grego *museion* ou casa das musas, a autora destaca que a concepção de museu está inicialmente ligada a uma prática de colecionismo voltada para a educação e lazer do público interessado. O ato de colecionar ao longo da História passou por diversas modificações em termo de motivações, tal prática esteve por muito tempo ligada a construção de um prestígio bélico daqueles que obtinham tais coleções, sobre o papel dessa prática na Roma Antiga:

As coleções romanas, no entanto, para além da simples demonstração de riqueza e “gosto”, tinham por fim último ilustrar o poderio e força dos inimigos conquistados por Roma. Não raro tais riquezas fariam parte do “triumfo” que o desfile do vencedor de volta a Roma exibindo seu botim (SUANO, 1986, p. 13).

Como é possível observar, o papel do ato de colecionar objetos no contexto da Roma Antiga estava ligado a uma demonstração de força em relação aos inimigos conquistados. Marlene Suano (1985) destaca ainda que, no contexto relativo à Idade Média a prática do colecionista esteve restrita, principalmente, ao domínio da Igreja Católica, posteriormente no período Renascentista vai se desenvolver uma noção do colecionismo ligado a ideia de domínio das artes como símbolo de poder econômico e prestígio perante os principados.

Tais coleções, pertencentes aos principados europeus, eram compostas principalmente, por tesouros obtidos em grande parte nas expedições colonizadoras ao “novo mundo” e obras de artistas que estavam produzindo contemporaneamente, é a partir desse modelo de colecionismo, caracterizado pelas grandes coleções das casas reais do renascimento que vai se desenvolver uma concepção de museus como instituição pública, em um processo gradual de abertura dessas coleções do ambiente privado ao acesso público.

Segundo Chagas (1985), uma concepção limitada de museu, ligada a manutenção de coleções privadas se estendeu até meados do século XVII, com a criação do Ashmolean Museum. Ainda segundo o autor, é no século XVIII com o desenvolvimento da Revolução Francesa que o conceito de museu vai passar por uma renovação, passando a designar "uma coleção de objetos incorporados ao patrimônio nacional" (CHAGAS, 1985, p. 187), acompanhando o desenvolvimento do conceito, o século XIX protagonizou a crescente relação entre museus e a preservação dos bens culturais, no Brasil em 1818 foi criado, a partir de decreto de D. João VI o Museu Nacional, que segundo Gonçalves:

A instalação do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em 1818, por Dom João VI, tinha como intuito a valorização das elites e a sustentação da implantação da corte no Brasil. O acesso ao museu era restrito aos civilizados, que seriam os “privilegiados” ou “dignos” de estar estudando e usufruindo do espaço museal, sendo esses os pesquisadores, membros da elite, corte, nobreza e pessoas permitidas pelo rei (GONÇALVES, 2019, p. 11).

É destacado, o aspecto colonial, característico das primeiras instituições museológicas no Brasil, com o acervo voltado para “os grandes feitos”, esses atendiam uma concepção museológica que pretendia ser superado nessa nova perspectiva de análise, denominada inicialmente de nova museologia, e posteriormente de Museologia Social ou Sociomuseologia.

Segundo Mário Chagas (2013), o surgimento das instituições museológicas no Brasil, é anterior ao das universidades, por conta disso, principalmente no século XIX, a formação e produção científica ocorria com a contribuição dos museus, evidenciando a relação entre os campos do museu e da educação.

No tocante ao desenvolvimento da ideia de museu, e o que configura uma instituição museológica, ambos autores destacam um processo de transformação, o museu abandona uma dimensão estritamente voltada para o colecionismo em prol do prestígio bélico da Roma Antiga, e do prestígio social e econômico do Renascimento, para uma perspectiva abrangente, pública e ligada ao ideal nacional no contexto da Revolução Francesa, ou seja, o sentido do “coleccionar” a partir de então, passa a estar inserido dentro de uma lógica de preservação de bens culturais que compõem o Patrimônio Nacional. Sobre o desenvolvimento da ideia de museu a partir do século XIX é importante destacar:

A partir de princípios do século XIX, o desenvolvimento dos museus no resto do mundo é um fenômeno puramente colonialista. Foram os países europeus que impuseram aos não europeus seu método de análise do fenômeno e patrimônio culturais; obrigaram as elites e os povos destes países a ver sua própria cultura com olhos europeus. Assim, os museus na maioria das nações são criações da etapa histórica colonialista (VARINE, 1979, p.12 apud CHAGAS; GOUVEIA. 2014, p.10).

Como destacado por Chagas e Gouveia (2014) as constatações de Varine, como um grande nome da museologia europeia, sobre a origem colonialista da instituição, possibilitou o desenvolvimento de um novo pensamento, pautado na crítica a essa visão colonial de museu, em um movimento “descolonização do museu e do pensamento museológico” (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p.10)

Mário Chagas e Inês Gouveia (2014) destacam que um dos principais marcos para uma nova concepção do campo dos museus no Brasil foi a publicação da coletânea "Os museus no mundo" em 1979, que continha uma entrevista de Hugues de Varine, tal entrevista segundo os autores, constitui um marco no estudo dos museus, principalmente por considerar as reflexões impostas pelos movimentos sociais da década de 1960 no âmbito das ciências humanas e sociais, a obra e conseqüentemente a entrevista cedida por Varine, constituem em suma, "uma nova possibilidade para pensar os museus e a museologia" (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p.10).

3.1 Museologia Social e práticas educativas.

A partir do questionamento em torno do caráter colonial dos museus, vai se desenvolver no Brasil, a partir da década de 1990, uma nova forma de pensar os espaços museológicos. Chagas e Gouveia (2014) concordam que apesar de um debate sobre a existência de uma "nova museologia" já existir no Brasil, anteriormente a esse contexto, é apenas com o desenvolvimento de debate crítico, que incluiu a necessidade de pensar a museologia como um campo de perspectiva libertária, capaz de acompanhar as demandas da sociedade e de fazer dos agentes sociais, sujeitos de sua História, tal perspectiva é denominada de Museologia Social ou Sociomuseologia:

A museologia social, na perspectiva aqui apresentada, está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p.17).

A partir dessa definição de Museologia Social, é possível observar que a ideia principal dessa nova perspectiva é de incluir a sociedade em um processo de transformação de uma instituição historicamente excludente, e questionar a consolidação dos museus como espaços contemplativos, passando a pensar o espaço museológico em um espaço ativo, que funcione em prol das demandas sociais. Para Moutinho (1993), as discussões sobre o alargamento da ideia de patrimônio estão intrinsecamente ligadas as modificações do "objeto museológico", e ao próprio ideal de inclusão da sociedade como agentes da prática museológica.

Andreoni (2011), ao trabalhar com a ideia de resignificação dos museus no contexto da contemporaneidade, destaca o estabelecimento das relações entre os museus, a memória e o poder, compreendendo as instituições museológicas como "espaços de disputas, seletivos e

contraditórios, trabalhando diretamente numa relação dialética entre memória e esquecimento" (ANDREONI, 2011, p.168) o autor destaca que tais instituições estão inseridas em um processo marcado por sua dinamicidade, sua dimensão interpretativa e sua capacidade de estabelecer relações com atores sociais, o processo de ressignificação dos museus, segue então, uma perspectiva de superação da observação do objeto museológico como estático, e abre espaço a uma observação interpretativa e comunicativa.

Antes de compreender o que de fato consiste a Museologia Social, é importante colocar em pauta o conceito de museologia, Chagas (1985) destaca que o termo diz respeito ao "estudo sistemático" dos meios de preservação, conservação, dinamização e transmissão do conhecimento humano a partir de documentos de qualquer natureza, a museologia se propõe ainda a estudar "a história, as finalidades e a organização dos museus".

A Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009, responsável por instituir o estatuto de museus, considera no artigo primeiro, museus como instituições sem fins lucrativos que tem como objetivo conservar, investigar, comunicar, interpretar e expor com finalidade de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, coleções históricas, artísticas, científicas e culturais, voltada a sociedade e a serviço do desenvolvimento social, no artigo segundo apresenta "a universalidade do acesso e o respeito e a valorização à diversidade cultural como um dos princípios fundamentais de um instituição museológica. Tal conceito inclui duas questões fundamentais já abordadas, o aspecto educativo como fator essencial de preservação dos bens culturais e o aspecto social dessa instituição, visto que é posto em evidência a postura dos museus em torno do desenvolvimento social, e a necessidade da universalidade de seu acesso.

A Lei Nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, responsável pela criação do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), uma autarquia de caráter federal vinculado ao Ministério da Cultura, destaca as principais atribuições do instituto e seu papel perante as instituições museológicas:

Art. 3º O Ibram tem as seguintes finalidades:

I - Promover e assegurar a implementação de políticas públicas para o setor museológico, com vistas em contribuir para a organização, gestão e desenvolvimento de instituições museológicas e seus acervos;

II - Estimular a participação de instituições museológicas e centros culturais nas políticas públicas para o setor museológico e nas ações de preservação, investigação e gestão do patrimônio cultural musealizado;

III - incentivar programas e ações que viabilizem a preservação, a promoção e a sustentabilidade do patrimônio museológico brasileiro;

IV - Estimular e apoiar a criação e o fortalecimento de instituições museológicas;

V - Promover o estudo, a preservação, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas, como fundamento de memória e identidade social, fonte de investigação científica e de fruição estética e simbólica;

VI - Contribuir para a divulgação e difusão, em âmbito nacional e internacional, dos acervos museológicos brasileiros;

VII - promover a permanente qualificação e a valorização de recursos humanos do setor;

VIII - desenvolver processos de comunicação, educação e ação cultural, relativos ao patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas para o reconhecimento dos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local, e o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro; e

IX - garantir os direitos das comunidades organizadas de opinar sobre os processos de identificação e definição do patrimônio a ser musealizado (BRASIL, 2009).

Como é possível observar dentre as finalidades da instituição é colocado em pauta o intuito essencial de incentivo à implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do setor museológico, o estímulo às instituições na participação de ações voltadas para o desenvolvimento de instrumentos de preservação.

Em suma, a criação do IBRAM está inserida em um contexto de debate sobre o papel dos museus no processo de preservação, valorização, divulgação e difusão dos bens culturais musealizados ou musealizáveis, compreendendo a necessidade de situar os museus como instituições empenhadas na promoção de ações educativas e comunicativas que tenham como finalidade, o desenvolvimento do senso de preservação do Patrimônio Cultural sob a guarda das instituições museológicas.

No artigo segundo da mesma lei é destacado como conceito de instituições museológicas, espaços culturais e sociais e que funcionam a serviço da sociedade, com acervos e circuitos expositivos acessíveis ao público, que visem contribuir com a construção da identidade e a percepção crítica da realidade cultural brasileira. Destacando o compromisso dessas instituições com princípios educativos e a democratização do acesso à cultura e ao conhecimento.

O Desenvolvimento da ideia de museu e de novas perspectivas de museologia, colocam em evidência a necessidade de reflexão sobre a relação das instituições museológicas com a prática educativa. O Artigo 29, da Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009 destaca:

Art. 29. Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação (BRASIL, 2009).

De acordo com o Caderno da Política Nacional de Educação Museal (PNEM), a utilização de ações educativas em espaços museológicos desenvolvidas por um setor educativo específico, iniciou em 1927, com a criação do Serviço de Assistência ao Ensino do Museu Nacional, que tinha como objetivo "auxiliar o desenvolvimento de práticas educativas que colaborassem com o aprendizado e com o currículo escolar" (IBRAM, 2018, p.14).

Segundo o caderno da PNEM, o Seminário Regional Latino-Americano da Unesco sobre o papel educativo dos museus, realizado em 1958, possibilitou ao campo da museologia um "novo referencial teórico-prático" que incluía a discussão em torno da dimensão educativa dos museus. Judite Primo (2011), destaca que a Mesa Redonda de Santiago do Chile, se tornou um marco nas discussões em torno de uma ação museológica renovada, com é possível observar:

Produce-se um documento, de todos o mais inovador e de extrema importância para a museologia, que apela à uma ação museológica comprometida com questões sociais, económicas, educacionais e políticas. Alerta para o papel político do museólogo e o reconhecimento da importância do cidadão em todo o processo de preservação, entendimento e divulgação do patrimônio cultural. (PRIMO, 2011, p. 37).

Primo (2011), destaca a importância do desenvolvimento de um conceito de museu ligado diretamente as questões sociais e educativas, colocando em foco o papel essencialmente político da museologia e do museólogo, em suma o caráter social, educativo e político das instituições museológicas, abordados nos seminários, debates, mesas redondas e documentos produzidos, simboliza a constante evolução do museu como instituição voltada para as demandas da sociedade. Sobre a Mesa Redonda de Santiago do Chile, o caderno da PNEM destaca a forte influência de Paulo Freire e sua perspectiva da educação como prática libertária, contribuindo no desenvolvimento de uma "visão de que o museu pode ser também uma ferramenta de construção de identidade e de cidadania" (IBRAM, 2018, p.17)

Juliana Siqueira (2016) observa que as discussões propostas em Santiago compõem um contexto de organização dos objetivos e propostas fundamentais da Museologia Social, em que se destacam a integração do museu com a comunidade e o desenvolvimento local possibilitado pela compreensão do "uso social e um sentido presente para o patrimônio", dentre outras questões que implicam no conhecimento acerca dos bens patrimoniais como processo necessário do museu para a sociedade.

Primo (2014) utiliza de uma analogia fundamentada por Ducan Cameron, que aborda o campo museal em dois sentidos, e estabelece relações entre eles, "O Museu e o Templo das Musas e o Museu com o Fórum de ideias, de debate público em torno de questões sociais relevante (CAMERON, 1971 apud PRIMO, 2014, p.6). Sobre as relações entre as duas ideias de museu trabalhadas na analogia de Cameron, a autora coloca em evidência que o museu templo compreende a ideia de espaço contemplativo, que tem como papel resguardar a memória dos grandes feitos e celebrar os grandes heróis a ideia de museu fórum ligada a ideia de formação de uma instituição voltada para o diálogo, debate e comprometida com a sociedade e a preservação de seu Patrimônio. A partir dessa analogia é possível observar de forma prática, o desenvolvimento da ideia de museu, seus objetivos e finalidades perante a sociedade.

Costa e Wazenkeski (2015) colocam em pauta a importância da crescente abertura dos museus para a comunidade, destacando a possibilidade cada vez maior das instituições museológicas se distanciarem de uma concepção dos museus como "guardiões de coisas do passado". As autoras destacam ainda:

Nesse sentido, o desenvolvimento de ações educativas nos museus surge como vital ferramenta com o objetivo de ir muito além do simples chamamento de público para o recinto, mas de construção de conhecimento, entretenimento, encantamento, possibilitando reconhecer e mudar atitudes, bem como modificar o modo de ver as coisas, os objetos, as pessoas e as relações entre nós mesmos (COSTA E WAZENKESKI, 2015, p.66).

O papel das ações educativas seria então, o de promover um contato mais amplo com a comunidade, de contribuição com um dos principais preceitos que constituem uma instituição museológica, de inclusão social e contribuição no seu desenvolvimento. As autoras destacam ainda que em termos de incentivo a promoção de ações educativas, anualmente o IBRAM promove eventos como a Semana Nacional de Museus e a Primavera de Museus que propõem a aplicação de ações educativas voltadas para um tema proposto, em instituições de todo o Brasil.

Como é possível observar nas questões aqui abordadas, o incentivo a utilização de ações educativas como prática de preservação do patrimônio cultural está inserido em um amplo debate acerca das noções de Cultura e Patrimônio, com o desenvolvimento desses conceitos e a inserção da Educação Patrimonial como um campo de análise, é possível questionar o lugar dos museus dentro dessas discussões. Janice Gonçalves (2014) destaca duas interpretações acerca da ideia de Educação Patrimonial, uma "educação para o patrimônio", e uma concepção voltada para "ações educativas acerca do patrimônio cultural" como é possível observar:

De um lado, uma concepção que vincula as ações educativas à necessidade de proteção ou defesa do patrimônio cultural e que busca alcançar, por parte do público-alvo, respeito, interesse e apreço pelos bens patrimoniais; de outro, a concepção que articula tais ações educativas à valorização ou ao empoderamento de determinados grupos sociais por meio do reconhecimento do patrimônio cultural a eles associado, e que pressupõe a participação ativa desses mesmos grupos na definição do que cabe preservar (GONÇALVES, 2014, p.84).

O lugar das ações educativas como parte do campo da Educação Patrimonial destacado pela autora, e seus objetivos ligados a “valorização e empoderamento” da sociedade, bem como o processo de apropriação dos bens culturais que compõem o Patrimônio dialogam com os princípios fundamentais dos museus dentro da perspectiva da Museologia Social, dessa forma é importante destacar que os museus constituem espaços essenciais no processo de consolidação das ações educativas como instrumento preservacionista, visto que sua crescente aproximação com a sociedade possibilita a difusão dos preceitos de valorização e preservação dos bens culturais.

A aplicação de ações educativas em espaços museológicos, contribuem ainda, para o desenvolvimento de visão crítica dos objetos expostos, principalmente com a contribuição da mediação cultural, que viabiliza o estabelecimento de um diálogo direto entre museu e visitante, contribuindo no processo de compreensão dos bens em exposição e do entendimento do sujeito sobre seu papel no processo de preservação do patrimônio cultural.

A ideia de mediação cultural, está ligada a um processo de interação entre mediador e visitante, tal processo tem como objetivo fundamental o estabelecimento de um diálogo que possibilita ao visitante uma experiência de compreensão dos objetos expostos. Como destaca:

A mediação cultural, não visa somente relacionar as qualidades formais dos objetos e expressões artísticas, mas as concepções históricas, estéticas e culturais, com possibilidades de ressignificações a partir da interação cultural. Visa também possibilitar ações que estabeleçam relações de intercâmbio,

através da observação das características culturais de uma sociedade. Esta prática é constituída quando as imagens, obras/objetos são interpretadas e significadas com base na interação e conhecimento do contexto cultural do estudante/visitante (OLIVEIRA, 2010, p.33).

A autora destaca a possibilidade de ressignificação dos objetos a partir dessa interação, que possibilita um movimento de trocas de experiências e interpretações entre o visitante, seja ele parte da comunidade, parte do público escolar ou público turístico, e o mediador em torno do acervo exposto pela instituição museológica. Oliveira (2010) destaca como característica da mediação cultural o ato “de provocar e estimular as sensações, as interações sociais e o pertencimento” (OLIVEIRA, 2010, p.31). Dessa forma, ao promover um diálogo entre o público visitante e o museu, com o intuito de promover uma troca de experiências e interpretações entre ambos os lados, a mediação cultural constitui parte fundamental da aplicação de ações educativas de caráter preservacionista, nos espaços museológicos, pois, contribui para a compreensão dos bens e contextos culturais que compõem o Patrimônio Cultural.

A nível de Maranhão é importante destacar dois acontecimentos importantes para a consolidação desses espaços, a criação do Museu Histórico e Artístico em 1973, e a criação do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho em 1982. Em conferência apresentada em mesa redonda realizada em comemoração ao aniversário de fundação do Museu Histórico e Artístico, Ferreti (2007) destaca que a diferença fundamental entre as duas instituições, está expressa em torno da sua temática e de certo modo das práticas culturais distintas representadas em ambas:

Cerca de dez anos após a inauguração do M.H.A.M. foi inaugurado o Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, inspirado na concepção dos museus etnográficos do mesmo modelo de museus da França. Assim o MHAM é dedicado a mostrar o estilo de vida das elites e o CCP mostra a cultura popular das classes dominadas (FERRETI,2007, p.1).

Ao apontar o caráter popular do acervo do Centro de Cultura, o autor coloca em evidência a importância de pensar as práticas culturais do povo como um espaço que precisa ser trabalhado pela História, a partir do Centro de Cultura Popular, foram fundadas em 2002, outras duas instituições voltadas para essa temática, a Casa de Nhozinho que tem como acervo a obra do artesão Antônio Bruno Pinto Nogueira e peças que abordam a produção artesanal do Estado, e a Casa do Maranhão, que tinha como proposta principal o acervo relativo ao Bumba-meu-boi, segundo Serra (2012) “Estes espaços foram criados por conta da necessidade de

desmembrar o acervo do Centro de Cultura Popular que já estava lotado de objetos museográficos”. (SERRA, 2012, p.50).

Patrícia Reinheimer (2007) ao falar sobre a fundação do Museu do Folclore, localizado no Rio de Janeiro, destaca que a criação do museu com uma perspectiva voltada para a arte popular é parte de um contexto voltado para a interpretação das culturas sob uma ótica ligada ao fator identitário, "possibilitado pelo surgimento de novas abordagens que pensavam as culturas como resultado de conjuntos de fenômenos demarcadores de identidades” (RENHEIMER, 2007, p.33).

A criação dessas instituições e a proposta principal das mesmas, expressa publicamente pelo acervo em exposição, demonstra a preocupação em difundir o conhecimento sobre as práticas culturais vivenciadas no Maranhão, a proposta das Casas e a própria denominação, evidenciam a necessidade de valorização de elementos constituintes de uma realidade popular, demonstradas como ato de resistência, as práticas culturais que compõem a temática e o acervo desses espaços, evidenciam a importância do debate acerca do alargamento do conceito de cultura e patrimônio, e da própria “modificação do objeto museográfico”, possibilitado por esse debate, como abordado por Moutinho (1993).

4. O PROJETO CASA DO MAGNETISMO COMO INSTRUMENTO EDUCATIVO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MARANHENSE.

É nessa perspectiva, de criação de um espaço voltado para uma noção de arte e cultura popular que trabalham as chamadas Casas de Cultura do Maranhão, das quais está incluída a Casa do Maranhão, fundada em 2002, com parte do acervo do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, localizada no prédio que abrigava a série do tesouro público provincial, tinha como objetivo inicial abrigar o acervo relativo ao bumba-meu-boi, após algumas reformulações a casa passou a abrigar, além de um rico acervo relativo as manifestações culturais maranhenses, em específico, o bumba-meu-boi, um acervo composto por painéis informativos que tinham como objetivo proporcionar um breve conhecimento sobre o estado do Maranhão.

O projeto “Casa do Magnetismo” foi desenvolvido na Casa do Maranhão, no período relativo aos meses de junho a agosto de 2019, idealizado pelo então mediador da Casa e estudante de História Ricardo Carvalho em conjunto com a equipe liderada pelo então gestor Iguatemy Carvalho, o desenvolvimento do projeto, se deu a partir de uma inquietação dos envolvidos em torno da necessidade de reflexão e divulgação de uma História que geralmente não é contada, de dizer o que por muito tempo “não pôde ser dito” (CASA DO MARANHÃO, 2019).

As informações trabalhadas nesse capítulo, são baseadas nas informações dispostas nos relatórios mensais, que avaliam os resultados das ações realizadas na Casa do Maranhão entre os meses de realização do projeto, tais relatórios, disponibilizados pela gestão da Casa, foram enviados no ano de 2019, à Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão (SECMA), com o objetivo principal de demonstrar a efetividade e o alcance das atividades desenvolvidas na instituição.

O primeiro relatório analisado destaca que a ideia inicial era de construção de um mês cultural, que tinha como principal objetivo um processo de “transformação da Casa do Maranhão em um espaço sociomuseológico vivo e dinâmico”. A preocupação com a construção de um espaço museológico que se enquadre no conceito de Museologia Social trabalhado no capítulo anterior, dentro de uma perspectiva que coloque em evidência, principalmente, o papel participativo da sociedade nos espaços museológicos, é evidente se

observarmos as temáticas trabalhadas nas ações educativas e apropriações desenvolvidas no decorrer do projeto.

O desenvolvimento de um trabalho voltado para a reflexão da ação dos agentes culturais, e ato de ouvir desses próprios agentes o que a as manifestações populares expostas permanentemente na Casa do Maranhão representam no cotidiano prático, em termos de trabalho pela sobrevivência dessas manifestações culturais que compõem o Patrimônio Cultural Maranhense, é uma das características fundamentais no trabalho de descolonização da museologia, debatido por Chagas e Gouveia (2014), e evidenciado no conceito de Museologia Social trabalhado por Moutinho (1993) “traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea” (MOUTINHO, 1993, p.13)

4.1 Ações Educativas desenvolvidas no “Projeto Casa do Magnetismo”.

No mês de junho, foram realizadas um total de sete atividades que podem ser analisadas dentro do conceito de ação educativa, como práticas dispostas no ensino formal e não formal que contribuam com o senso de conscientização da comunidade (COSTA, 2011), inseridas no contexto do Projeto “Casa do Magnetismo”, ainda no referido mês ocorreram oito apropriações do espaço da casa por agentes externos, tais apropriações podem ser pensadas como uma tentativa por parte da gestão da instituição de construção de um espaço museológico aberto à possibilidade de ocupação e intervenção de diversos agentes sociais, principalmente, aqueles envolvidos no cotidiano das manifestações culturais. É possível observar na tabela 1, a temática, os objetivos e o acervo utilizado nas ações desenvolvidas no mês de junho de 2019, início da aplicação do referido projeto:

Tabela 1: Transcrição dos dados disponíveis nos relatórios mensais da Casa do Maranhão, mês de junho de 2019.

AÇÃO EDUCATIVA	OBJETIVOS	ACERVO
----------------	-----------	--------

Atividade Educativa Trilha Magnética.	Apresentar um percurso, evidenciando uma trilha que passa pelas salas dos sotaques, da patrimonialização, dos personagens e das fotografias com elementos que possam evidenciar todo este misticismo presente em nossa cultura pautada no BMB. Propiciar aos visitantes uma troca de experiências apropriando-os um pouco mais sobre o complexo cultural BMB. Patrimônio Cultural do Brasil e candidato a Patrimônio Cultural da Humanidade	Utilizou-se o acervo da casa dialogando com o concedido pelas comunidades.
Exposição Apolônio: Liberdade e Resistência.	Apresentar um contexto de Informações e homenagens ao centenário do Grande Mestre Apolônio do Boi da Floresta e Os 101 anos do Bairro da Liberdade, Primeiro Quilombo Urbano da Ilha de São Luís.	Utilizou-se do acervo Ponto de Memória do Boi da Floresta e seu acervo para propiciar o ato da troca.
Exposição Mãos que Fazem Cultura: da Origem ao Brilho do Bumba Meu Boi.	Apresentar o processo de construção da estrutura física do Bumba meu Boi, uma homenagem a costureiras, artesãos e bordadeiras (os), arquitetos empíricos que constroem o corpo do Boi. Difundir e divulgar a importância dos fazedores culturais que atuam nos bastidores do Bumba meu Boi, uma ideia que surge da necessidade de se explicar com mais veemência o processo de construção do BMB do MA.	Idem.
Exibição de vídeos sobre o fazer nos bastidores do Bumba Meu Boi.	Apresentar a vivência dos fazedores culturais da cultura do MA e seu lindo sentimento de pertencimento e identidade com o seu trabalho relacionado a suas respectivas comunidades. Propiciar aos visitantes uma troca de experiências apropriando-os um pouco mais sobre o complexo cultural BMB.	Idem.
Exposição Guardiões da Cultura Popular	Apresentar um trabalho de pesquisa de 2016 sobre vida de obra de alguns mestres da cultura do MA, valorizando-se um acervo da Casa de 25 pandeirões do artista Tocantins, uma pesquisa fundamentada no livro Memórias de Velhos – CCPDV Filho ano 1997. Idealizado Zelinda Lima, Prof. Sergio Ferreti, Mundicarmo Ferreti e M ^a Michol Carvalho.	Idem.

	Propiciar aos visitantes uma troca de experiências apropriando-os um pouco mais sobre os mestres da nossa cultura com propósito de disponibilizar um resumo da contribuição dos mestres da nossa cultura, instigando a pesquisa que difundam mais a vida e obra destes grandes fazedores e guardiões das tradições do Maranhão outros ainda não catalogados.	
Exposição Fotográfica, Festejo de São Pedro símbolo maior de Fé e Devoção	Valorizar o fazer e saber cultural da comunidade da Madre Deus assim como a Capela de São Pedro Local do Encontro dos Bois com o Santo Padroeiro dos pescadores e dos grupos de Bumba meu Boi. Propiciar aos visitantes uma troca de experiências apropriando-os um pouco mais sobre o complexo cultural BMB.	Idem.
Exposição Fotográfica, Festejo de São Marçal Resistência Cultural dos Grupos de Bumba meu Boi do MA.	Homenagear o Bairro do João Paulo assim como fazer e saber cultural disposto no mesmo. Propiciar aos visitantes uma troca de experiências apropriando-os um pouco mais sobre o complexo cultural BMB.	Idem.

Fonte: Relatórios mensais disponibilizados pela Casa do Maranhão.

A leitura dos itens expostos nos relatórios nos permite analisar que o principal objetivo das ações desenvolvidas no mês de junho de 2019, estão voltadas para divulgação, difusão e valorização do Bumba-meu-boi.

Na atividade trilha magnética, utilizou-se os painéis disponíveis no circuito da casa, que abordam questões relativas as características da manifestação, e informações sobre sua patrimonialização, o objetivo da atividade, segundo o relatório é de apresentar aos visitantes uma experiência de conhecimento e apropriação sobre o complexo cultural do Bumba-meu-boi, as informações disponíveis nos painéis que constituíam o circuito da casa e que foram utilizados na atividade educativa trilha magnética, apresentavam informações disponíveis no Dossiê de registro do complexo cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão.

Dentre as ações desenvolvidas no primeiro mês de aplicação do Projeto “Casa do Magnetismo”, é possível observar que a maioria delas são de caráter expositivo, o acervo utilizado na construção desses módulos expositivos, segundo o exposto no relatório, foram

disponibilizadas pelos grupos de bumba-meu-boi devidamente homenageados, como é possível observar na exposição Apolônio: Liberdade e Resistência, o acervo utilizado foi disponibilizado pelo ponto de cultura do boi da floresta em conjunto com o acervo já disponível na Casa do Maranhão, com isso fica explícito a existência de um diálogo direto da Casa de Cultura com os grupos que vivenciam a construção e manutenção dessa manifestação cultural.

A variedade de temáticas abordadas em torno da temática do Bumba-meu-boi nas exposições realizadas no primeiro mês de projeto, refletem a tentativa de apresentar ao público visitante uma abordagem abrangente e plural sobre tal manifestação, a exemplo das exposições “Mãos que Fazem Cultura: Da origem ao brilho do Bumba-Meu-Boi”, “Festejo de São Pedro símbolo maior de Fé e Devoção” e “Festejo de São Marçal Resistência Cultural dos Grupos de Bumba meu Boi do MA”, que tratam respectivamente, do papel dos artesãos e artesãs que contribuem na construção das peças utilizadas pelos sujeitos que participam da manifestação, e do aspecto sagrado e religioso do Bumba-meu-boi.

Em torno da utilização do espaço da Casa do Maranhão por agentes externos, caracterizadas como “apropriações”, no referido mês foram realizadas sete ações desse caráter.

Tabela 2: Apropriações realizadas na Casa do Maranhão no mês de junho de 2019.

RESPONSÁVEL PELA APROPRIAÇÃO.	ATIVIDADE REALIZADA.
Apropriação Boi de Axixá	Jubileu de Diamante do Bumba meu Boi de Orquestra de Axixá em comemoração aos seus 60 anos.
Apropriação Secretaria de Cultura de Santa Catarina RS Coordenação Tácito Borralho	Palestras “O Boi de Mamão aplicado ao contexto escolar, diálogos possíveis com o BMB do MA.”
Apropriação UGADC SECMA	Painel São João do Maranhão.
Apropriação SEMED Prefeitura de São Luís	Workshop do curso de educação Especial, com oficinas pedagógicas e produção de recursos nos cursos e Braile, neuro aprendizagem, autismo, libras, tecnologia assistiva e altas habilidades.
Apropriação Globo Nordeste	Gravação do programa São João do Nordeste chamada MA.
Apropriação Taynara OG	Gravação do programa São João da TAY OG.

Apropriação GRIOT e TEMDENDÊ produções Salvador BA	Gravação da série documental tradições da Amazônia.
Apropriação Péricles Rocha	Exposição São Jorge Por Péricles Rocha.

Fonte: Relatório mensal disponibilizado pela Casa do Maranhão.

É possível observar o caráter plural das ocupações realizadas, em termos de objetivos e produtos alcançados com essas apropriações, é destacado no relatório pretensão da casa de cumprimento de sua “função social”, atendendo a sociedade que a procura, bem como, contribuir na construção de um ambiente de diálogo e parcerias para futuras ações de caráter educativo em torno da conscientização do Patrimônio que nos é compartilhado. (CASA DO MARANHÃO, 2019)

Figura 1: Apropriação em comemoração aos 60 anos do Boi de Axixá.



Fonte: Acervo Casa do Maranhão.

Devido ao sucesso das ações desenvolvidas no mês de junho, o Projeto “Casa do Magnetismo” foi prorrogado para os dois meses seguintes, julho e agosto, as ações realizadas no mês de junho tiveram continuidade e novas atividades foram inseridas no cronograma de ações do Projeto, como é possível observar:

Tabela 3: Ações inseridas ao cronograma do projeto no mês de julho.

AÇÃO EDUCATIVA	OBJETIVOS
Exibição do documentário 40 anos do Boi da Floresta.	Apresentar um contexto de Informações e homenagens ao centenário do Grande Mestre Apolônio do Boi da Floresta e Os 101 anos do Bairro da Liberdade, Primeiro Quilombo Urbano da Ilha de São Luís.
Exposição fotográfica: Olhares sobre a Cultura Popular.	Ressignificar o acervo fotográfico da Casa de Paulo Caruá e Lauro Vasconcelos, revitalizado contemplando a eternização de momentos da nossa cultura.
Rodas de conversa Mulheres que Fazem Cultura.	Efetivação de ações referentes ao mês da mulher não desenvolvida em março por motivo de problemas de falta de energia e de infraestrutura com o propósito de valorizar o protagonismo da mulher frente a administração dos grupos culturais de BMB do Maranhão.

Fonte: Relatórios disponibilizados pela Casa do Maranhão.

No referido mês foram realizadas um total de vinte e uma ações, dentre atividades educativas e apropriações do espaço por agentes externos. No último mês de Projeto, apenas mais uma atividade foi inserida ao cronograma de ações educativas, a “Formação da mediação cultural” que teve como objetivo, desenvolver junto a equipe da casa um momento de troca de saberes e experiências.

Nos três meses de realização do Projeto “Casa do Magnetismo”, como é possível observar, a partir dos dados disponibilizados pelos relatórios de resultados endereçados a SECMA, que a ideia central das ações realizadas foram direcionadas as diversas esferas de atuação e vivências do complexo cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão, a diversidade de temas abordados nas diferentes exposições, como o artesanato, os mestres da manifestação, a religiosidade, os personagens, sotaques, locais de atuação e patrimonialização expressam uma tentativa de compartilhar com público local e turístico uma visão abrangente do Bumba-meu-boi, situando-o como parte central de uma realidade cultural que não está paralisada e enquadrada apenas no período junino.

Em termos gerais, o Projeto “Casa do Magnetismo”, em três meses de realização contou com a participação de um total de quarenta e sete mil e quatrocentos e quarenta e cinco (47,445) visitantes, dentre os quais estão inseridos o público turístico e o público local.

Tabela 4: Número de visitantes divididos entre os meses de realização do projeto.

Mês	Número de visitantes
Junho de 2019	26.119
Julho de 2019	13.045
Agosto de 2019	8.281

Fonte: Estatística de visitantes disponibilizada pela Casa do Maranhão.

Uma outra questão importante a ser destacada é a visitação ao circuito expositivo pelo público escolar, realizada a partir do agendamento prévio. Durante os meses de realização do projeto a Casa do Maranhão recebeu um total de oitenta e três grupos escolares.

Tabela 5: Quantidade de grupos escolares que realizaram visitação nos meses de junho a agosto de 2019.

Mês	Número de grupos escolares.
Junho de 2019	63
Julho de 2019	02
Agosto de 2019	18

Fonte: Estatística de grupos agendados disponibilizada pela Casa do Maranhão.

É possível observar a grande demanda de visitação de grupos provenientes de instituições de ensino, a exceção do mês de julho que corresponde ao período de férias, é interessante destacar a acessibilidade dos espaços museológicos e a capacidade das mesmas de atingir públicos distintos, por esse motivo, os museus configuram instituições essenciais as práticas educativas como meio de preservação do Patrimônio. No contexto da Casa do Maranhão, a inserção dos grupos escolares nas estatísticas de visitação demonstra a existência de uma organização por parte da instituição e a pretensão em contribuir com o ensino formal na compreensão dos elementos históricos e culturais do estado.

Figura 2: Visitação mediada a um grupo escolar na Casa do Maranhão.



Fonte: Acervo Casa do Maranhão.

4.2 Resultados e Proposições: A Casa do Maranhão e a contribuição do Projeto Casa do Magnetismo na construção de uma Museologia Educativa e Social.

Como é possível observar as atividades desenvolvidas nos três meses de realização do Projeto “Casa do Magnetismo”, seguiram duas propostas distintas, porém complementares. A primeira proposta consistiu na utilização do acervo com uma proposição educativa, voltada especificamente, para a difusão de conhecimento sobre os diversos espaços de atuação do Bumba Meu Boi e a segunda estava voltada para a ideia de ocupação do espaço pela sociedade.

É de suma importância destacar, duas questões essenciais, a primeira diz respeito ao princípio fundamental deste trabalho, a utilização de ações educativas como ferramenta de preservação do Patrimônio Cultural Maranhense, o diálogo estabelecido entre as exposições apresentadas ao público, que tinham como principal temática o Bumba Meu Boi, possibilitam a construção de um panorama de informações fundamentais para a valorização desse bem cultural, o conhecimento difundido sobre as diferentes esferas de atuação do Bumba Boi, possibilita ao visitante o questionamento da visão dessa manifestação como um simples espetáculo e produto turístico. Segundo a concepção de Gonçalves (2014) a utilização de ações educativas voltadas para preservação do Patrimônio está inserida em um processo que visa o

desenvolvimento da valorização e empoderamento dos grupos sociais, a partir do reconhecimento e apropriação do Patrimônio Cultural por eles composto.

A metodologia utilizada pelo projeto, consistiu em uma ideia voltada para demonstrar o que geralmente não é dito, ou seja, de trabalhar o Bumba Meu Boi em uma perspectiva distinta do que é comumente trabalhado. A atividade Trilha Magnética, tinha como finalidade apresentar um panorama sobre a patrimonialização do Bumba Meu Boi, utilizando como acervo os painéis dispostos nas “salas da patrimonialização” que continham informações a respeito dos sotaques, personagens, dinâmicas de apresentação e sobre o processo de consolidação da manifestação como Patrimônio Cultural Brasileiro, tais informações contribuem para compreensão do Bumba Meu Boi como um bem patrimonial a ser preservado. Fica evidente a tentativa de demonstrar ao público visitantes, os diferentes formatos dessa manifestação cultural, a importância dos personagens que a compõem, e suas formas de organização a partir da sua classificação por sotaques.

Ao trabalhar o processo de patrimonialização do Bumba Meu Boi, a atividade colocou em debate a compreensão dessa manifestação como um bem cultural patrimonializado, registrado por uma instituição federal que tem como uma das premissas essenciais, a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural Brasileiro, ou seja, a atividade apresentou ao público uma dimensão do Bumba Boi como parte integrante do Patrimônio Nacional, trazendo elementos que possibilitam o questionamento da visão desse bem cultural como “uma brincadeira” ou um produto turístico.

Figura 3: Visitantes acompanhando a mediação na atividade trilha magnética.



Fonte: Acervo Casa do Maranhão

Na análise das exposições e das temáticas por elas abordadas, é possível observar a preocupação em trabalhar os bastidores que compõem o Bumba-boi, as exposições "Apolônio: Liberdade e Resistência", "Guardiões da Cultura Popular" e "Mãos que fazem cultura" colocam em evidência, respectivamente, a importância dos grandes mestres, entendidos como "representantes e herdeiros dos saberes e fazeres da cultura tradicional" (SOUZA, 2017, p. 13) e dos artesãos que constroem o aspecto material do bumba-meu-boi, com o intuito de "explicar com mais veemência o processo de construção do Bumba-meu-boi do maranhão" (CASA DO MARANHÃO, 2019) ao público visitante, colocando em foco agentes que trabalham nos bastidores desse processo.

O espaço da religiosidade, foi trabalhado com as exposições fotográficas "Festejo de São Pedro, símbolo maior de fé e devoção" e "Festejo de São Marçal: Resistência Cultural dos grupos de Bumba Meu Boi do Maranhão", ambas exposições tinham como proposta trabalhar a vivência religiosa dos grupos de Bumba Boi, bem como evidenciar o papel de dois bairros importantes no que diz respeito ao aspecto da resistência da cultura popular, a Madre Deus e o João Paulo.

Figura 4: Visitantes acompanhando a mediação na Exposição Fotográfica Festejo de São Marçal: Resistência Cultural dos grupos de bumba-meu-boi do Maranhão.



Fonte: Acervo Casa do Maranhão

Sobre a questão da religião no âmbito do Bumba Meu Boi, o dossiê de registro do referido complexo cultural destaca, o papel do catolicismo popular, caracterizado, principalmente, pela influência do sincretismo do catolicismo oficial com crenças indígenas e africanas, no Bumba-meu-boi do Maranhão as celebrações ocorrem principalmente em torno dos santos juninos, São João, São Pedro e São Marçal. (IPHAN,2011)

Uma das ações realizadas no mês de julho que consistiu em duas rodas de conversa, sob a temática "Mulheres que fazem cultura: O protagonismo da mulher frente aos grupos culturais de Bumba-meu-boi do Maranhão" realizadas em dois momentos, nos dias oito e quinze do referido mês. As rodas de conversa tinham como objetivo, fortalecer o diálogo entre os mediadores culturais e as temáticas trabalhadas na casa, bem como, estabelecer uma dinâmica de debate com mulheres que ocupam espaços de lideranças na dinâmica das manifestações populares.

Ambas atividades contaram com a participação de mulheres que ocupam esses espaços de liderança, respectivamente, a Sra. Nadir Cruz, presidente do boi da floresta e Sra. Duda presidente do bozinho proteção de Santo Antônio Mimo do Bairro de Fátima.

Figura 5: Folder de divulgação da primeira roda de conversa da ação “Mulheres que fazem cultura”

**SECMA
UGCP
CASA DO MARANHÃO**
GOVERNO DO
MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS

JULHO
CASA DO "MA...GNETISMO"
Venha dar continuidade a nossa proposta de valorizar o nosso rico e diversificado contexto de manifestações culturais com ênfase a nosso Bumba meu Boi. Permita-se ser envolvido pelo magnetismo e misticismo inexplicável das nossas tradições através das nossas ações educativas, exposições, ocupações sociomuseológicas e outras atividades.

Na ocasião estaremos abrindo nossa programação amanhã, **08.07.19** em dois momentos:

10hs às 12hs - Exibição do Documentário sobre a vida e obra do Mestre Apolônio e seu amor ao Boi da Floresta

14hs às 16hs - Roda de Conversa: O Protagonismo da Mulher Frente aos Grupos Culturais de Bumba meu Boi do MA com a **Sra. Nadir Cruz** Presidente do Boi da Floresta.

End.: Rua do Trapiche S/N – Praia Grande, Centro Histórico.

Maiores informações
Celular: 98 98835-3137
E-mail: casama@secma.ma.gov.br

REMI/MA
Rede de Escolas de Rua do Maranhão

GOV. MARANHÃO
SECRETARIA DE CULTURA

AGRADECIMENTOS
ESPECIAIS AO
PROF. RICARDO
CARVALHO

BOI DA FLORESTA

Fonte: Acervo Casa do Maranhão.

Figura 6: Folder de divulgação da segunda roda de conversa da ação “Mulheres que fazem cultura”

**SECMA
UGCP
CASA DO MARANHÃO**
GOVERNO DO
MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS

RODA DE CONVERSA
O Protagonismo da Mulher Frente aos Grupos Culturais de Bumba meu Boi do MA com a Sra. Duda Presidenta do Boizinho Proteção de Santo Antônio Mimo do Bairro de Fátima.

JULHO CASA DO "MA...GNETISMO"
PROJETO
MULHERES QUE FAZEM CULTURA

Dia 15.07.19 às 15hs na Casa do Maranhão
Maiores informações 98 98835-3137

Fonte: Acervo Casa do Maranhão

Segundo Siqueira (2016), dentre as proposições fundamentais à sistematização da Museologia Social como uma abordagem museológica, está expressa a "ênfase na participação ou protagonismo comunitário nas ações de identificação e preservação patrimonial, advogando um papel de colaboração horizontal e solidária dos especialistas", bem como "a natureza educativa e libertária do processo museológico quando apropriado pela comunidade, permitindo conquistar autonomia sobre a própria memória e a produção de seu futuro" (SIQUEIRA, 2016, p.91). Fica evidente que a Museologia Social tem como premissa a abrangência do acesso da comunidade ao museu, tanto de forma passiva, como visitante, quanto de forma ativa, participando dos debates e atividades propostas pela e em conjunto com a instituição.

A participação ativa da comunidade, constitui um elemento fundamental na aplicação de ações educativas, visto que "o que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local" (IPHAN, 2014, p.20).

Com a participação de duas agentes culturais para abordar a temática proposta pelas rodas de conversa, a gestão da casa assume um papel importante de estabelecimento de um diálogo direto com os sujeitos que compõem essas manifestações culturais, esse diálogo está fundamentado no principal objetivo da Museologia Social, de construção de uma perspectiva museológica que seja capaz de abranger o poder da memória e do Patrimônio, e que trabalhe em conjunto e a favor das comunidades populares (CHAGAS, 2014).

A observação das atividades desenvolvidas no projeto coloca em evidência a necessidade de reflexão em torno da utilização de ações educativas como parte de uma ideia de Preservação do Patrimônio cultural, em um primeiro momento é importante questionar, se as ações propostas pelo projeto podem ser analisadas como práticas inseridas na metodologia proposta pelo Guia Básico de Educação Patrimonial.

Horta (1999), destaca que a Educação Patrimonial, é nada mais que um processo educativo voltado para a utilização do Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento, no desenvolvimento dessa definição, é possível observar a necessidade de compreender o objeto cultural como parte de um "sistema de relações", que diz respeito ao cotidiano desses objetos, o trabalho em torno desses objetos exigem a mínima compreensão da realidade cultural em que estão inseridos, em termos de proposta metodológica a Educação

Patrimonial na perspectiva de Horta, está voltada para a "percepção e a compreensão dos fatos e fenômenos culturais" (HORTA, 1999, p.7). Em termos práticos, o guia básico define como primeiro passo da metodologia de Educação Patrimonial proposta, a escolha do tema a ser abordado e a definição dos aspectos a serem investigados (HORTA, 1999), aplicando essa proposta ao Projeto “Casa do Magnetismo” é possível observar.

Tabela 6: Aplicação dos apontamentos metodológicos do Guia Básico de Educação Patrimonial ao projeto casa do magnetismo.

Tema a ser abordado	Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão.
Aspectos a serem investigados	Patrimonialização, Produção artesanal das indumentárias, Sujeitos sociais envolvidos no complexo, Religiosidade, Protagonismo feminino.

Fonte: Relatórios disponibilizados pela Casa do Maranhão; Guia Básico de Educação Patrimonial.

O Projeto “Casa do Magnetismo” tinha como temática principal o Complexo Cultural do Bumba-meu-boi, e procurou desenvolver exposições e atividades voltadas para as temáticas que evidenciavam os diversos espaços de atuação desse bem cultural. Segundo Horta (1999), as etapas metodológicas que constituem uma prática de Educação patrimonial são a observação, registro, exploração e apropriação dos objetos culturais, na dinâmica proposta pelo projeto utilizando exposições, exibição de documentários e rodas de conversa, é possível observar que o Projeto “Casa do Magnetismo”, pode ser considerado uma prática de Educação Patrimonial dentro da perspectiva metodológica do Guia, pois as atividades desenvolvidas atendem aos objetivos das respectivas etapas.

Tabela 7: Comparação entre as etapas metodológicas do Guia básico de Educação Patrimonial e os Resultados obtidos pelo projeto Casa do Magnetismo.

Etapas.	Recursos/Atividades desenvolvidas pelo projeto que se enquadram na perspectiva do	Objetivos alcançados pelo projeto que estão descritos no Guia básico de Educação Patrimonial.
----------------	--	--

	Guia básico de Educação Patrimonial.	
1) Observação	Observação e percepção dos objetos expostos.	Identificação do objeto/função/significado; desenvolvimento da percepção visual e simbólica.
2) Registro	Diálogo com o mediador cultural, registros fotográficos.	Aprofundamento da observação e análise crítica.
3) Exploração	Questionamentos propostos aos mediadores.	Desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.
4) Apropriação	Compreensão por parte do visitante, possível pelo diálogo estabelecido entre suas próprias experiências e interpretações, a observação do objeto e os apontamentos do mediador.	Envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de autoexpressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Fonte: Relatórios disponibilizados pela Casa do Maranhão; Guia Básico de Educação Patrimonial.

No entanto, como já destacado no primeiro capítulo deste trabalho, a partir da perspectiva de Simone Scifoni (2017), existem diversas abordagens e metodologias que consistem e estão inseridas no campo da Educação Patrimonial, e que são trabalhadas com nomenclaturas distintas, visto que, a ideia de Educação Patrimonial, após a publicação do Guia Básico acabou por se restringir a metodologia proposta pelo mesmo.

É importante colocar em evidência, que mesmo que por uma interpretação distinta, que não considere que o projeto se enquadra na concepção metodológica do Guia básico, este ainda pode ser analisado como uma prática de Educação Patrimonial, pois, a partir do proposto por Costa (2011) o termo ações educativas está ligado essencialmente, ao desenvolvimento do interesse pelo passado e a busca de instrumentos que possibilitem esse interesse, utilizando como exemplo, a necessidade do alcance ao público escolar, a organização de exposições e circuitos turísticos, a análise das atividades do projeto possibilitam inserir as atividades realizadas, dentro dessa proposição.

Demarchi (2018), em uma análise crítica à perspectiva desenvolvida no Guia Básico, destaca que a adoção de um metodologia específica, acaba por limitar e fragmentar diversas metodologias que trabalham com a ideia de educação voltada para o Patrimônio, para o autor

é fundamental a ressignificação do termo, e sua inserção em uma ideia mais ampla, entendendo a Educação Patrimonial como uma série de ações educativas que podem se utilizar de diversas metodologias, desde que se estabeleça concepções de educação, patrimônio e cultura a serem utilizadas no processo.

A discussão em torno da expressão "conhecer para preservar" segundo Demarchi, está inserida em um contexto dos primeiros anos de atuação do IPHAN, e expressa a concepção de que a valorização do Patrimônio Cultural Brasileiro está inserida na lógica de que o conhecimento gera o senso de preservação e valorização. As críticas a utilização dessa expressão, compõem as análises de Demarchi (2018) e Scifoni (2017), e estão fundamentadas principalmente na ideia da necessidade do avanço em torno das discussões do campo da Educação Patrimonial, "considerando o Patrimônio como campo de conflito, um lugar de disputa identitária, a Educação Patrimonial não deve definir previamente o que deverá ser preservado nem estabelecer qual o significado que a ela deve ser dado." (DEMARCHI, 2018, p. 148).

A utilização dessa expressão, bem como, a utilização da metodologia adotada pelo Guia Básico, precisam ser devidamente questionadas, principalmente no que diz respeito, a necessidade do avanço das discussões no campo do Patrimônio, a utilização do conhecimento como prática preservacionista é aqui compreendido como uma forma de apropriação do bem patrimonial debatido no projeto, como um mecanismo de difusão de perspectivas distintas do que comumente é apresentado a respeito do Bumba Meu Boi, observando o museu como um espaço ativo, crítico e dialógico, capaz de contribuir como instrumento educativo de transformação da realidade (FREIRE, 2006).

É possível observar que o desenvolvimento das ações dispostas no projeto, e o próprio enquadramento no conceito de Educação Patrimonial proposto por Horta (1999), ocorrem em torno da prática da mediação cultural, principalmente, pelo fato de que a ideia do projeto é construída a partir do diálogo dos mediadores, em especial o Sr. Ricardo Carvalho com a gestão da casa de cultura, de acordo como o documentado em relatório:

Um plano de ações que nasce da representatividade da mediação cultural no processo de transformação da Casa do Maranhão em um espaço sociomuseológico vivo e dinâmico idealizada pelo Professor Licenciado em Letras pela Universidade Federal do Maranhão Ricardo Carvalho, estudante do Curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão e mediador da Casa (CASA DO MARANHÃO, 2019).

Como já destacado, no mês de agosto, foi inserida ao cronograma do projeto, uma atividade voltada para a formação da mediação cultural, que tinha como premissa o diálogo e a troca de experiências entre a equipe da casa, que pode ser considerado como um momento interativo de compartilhamento das experiências vividas no projeto e das vivências da mediação cultural.

Figura 7: Atividade de formação com mediadores culturais



Fonte: Acervo Casa do Maranhão

A segunda proposta desenvolvida pela Casa do Maranhão no âmbito do Projeto “Casa do Magnetismo”, foram as “apropriações” que consistiam na disponibilização do espaço da Casa para a utilização de eventos e demandas de agentes externos, é importante observar que o intuito principal dessa proposta era o de atender as demandas da sociedade. Nos três meses de projeto foram realizadas um total de vinte e duas apropriações do espaço, com diferentes propostas, dentre as quais se destacam, a utilização de espaços por grupos de Bumba-meu-boi, associações, programas televisivos, exposições de artistas locais, realização de oficinas e reuniões.

O Projeto “Casa do Magnetismo”, a partir do que pôde ser analisado, está inserido em duas dimensões essenciais a esse trabalho, a dimensão educativa e a dimensão social, a partir do conhecimento compartilhado pelo circuito expositivo, exibição de documentários, diálogos propostos tanto pela mediação cultural, como pelas rodas de conversa com agentes culturais ligados ao Bumba-boi, constituem propostas educativas com intuito principal de difusão do conhecimento sobre um bem cultural que compõem o Patrimônio Brasileiro, esse diálogo

construído a partir das atividades desenvolvidas no projeto atingiu um número considerável de pessoas que tiveram acesso a um panorama amplo e dinâmico de informações sobre um bem patrimonial registrado.

Observando o registro dos bens da cultura imaterial, instituído pelo Decreto 3551/2000, a partir da perspectiva de Sant'anna (2009), é essencial destacar, que o registro desses bens parte de um pressuposto voltado para o desenvolvimento de ferramentas de identificação e produção de conhecimento sobre os bens culturais, ou seja, constitui um instrumento de compreensão ampla e acessível à sociedade, levando em consideração a dinamicidade dos bens culturais de natureza imaterial, a ideia de preservação está diretamente ligada ao entendimento da dimensão imaterial em diferentes contextos.

Em termos de acessibilidade e difusão do conhecimento, os museus, constituem instituições essenciais no estabelecimento desse diálogo entre a sociedade e os ideais de preservação dos quais está inserido o registro do Patrimônio Intangível, principalmente, pela diversidade do público que uma instituição museológica tem a capacidade de alcançar.

Como já destacado ao longo desse capítulo, o aspecto social do projeto, fica expresso, principalmente, nas atividades de apropriação, ao manter as portas da instituição abertas à comunidade, a Casa do Maranhão, atende a um dos princípios fundamentais da museologia social, e da própria Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009, que institui o estatuto de museus, que entende como papel fundamental dessas instituições, a inserção da sociedade e a capacidade de contribuir no desenvolvimento social.

5. Considerações Finais.

Com o desenvolvimento desta pesquisa conseguimos observar que a aplicação de ações educativas constitui uma prática utilizada historicamente como ferramenta de preservação do Patrimônio, desde que esse conceito estava restrito ao plano material, até seu desenvolvimento e aplicação ao plano imaterial ou intangível.

A partir da análise das Cartas Patrimoniais, foi possível compreender o desenvolvimento das concepções de Cultura e Patrimônio, no plano nacional e internacional, e de que forma a ideia de educação estava expressa dentro da discussão preservacionista, as discussões em torno dos reflexos da inclusão do patrimônio imaterial como alvo de preservação a nível nacional e estadual, compreendendo esse contexto como parte de um processo de consolidação e transformação de manifestações culturais historicamente marginalizadas em bens que compõem o Patrimônio Cultural.

Ao longo da análise das Cartas Patrimoniais e da legislação ligada ao Patrimônio Brasileiro, foi possível perceber que a ideia de ação educativa está diretamente ligada a difusão do conhecimento amplo e acessível as diferentes esferas da sociedade, sobre o Patrimônio e é a partir da apropriação desse conhecimento que é desenvolvido o senso de preservação por parte da sociedade. Também foi possível concluir que as instituições museológicas constituem espaços fundamentais e essenciais a difusão e apropriação desse conhecimento sobre o Patrimônio.

No debate acerca da ideia de museu, desde suas primeiras estruturas até as novas concepções, destacando o desenvolvimento dessa instituição, que abandona um conceito ligado ao reflexo da prática elitista do colecionismo em contextos históricos como a antiguidade e o renascimento, e que com os reflexos da revolução francesa se consolida como instituição voltada para o resguardo dos bens culturais constituintes do Patrimônio nacional., foi possível observar, os questionamentos em torno do caráter colonial e eurocêntrico dessas instituições e a partir disto, foi possível trabalhar o desenvolvimento de novas perspectivas museológicas.

A partir do desenvolvimento de proposições como a de Hugues de Varine, Mário Chagas e Mário Moutinho sobre o caráter colonial dos museus, e o questionamento das finalidades dessas instituições perante a sociedade, vai se desenvolver uma nova perspectiva de museologia, denominada de Museologia Social, que busca, principalmente, o desenvolvimento de uma instituição museológica que trabalhe em uma perspectiva anticolonial, e comunitária, seguindo essa nova concepção foi possível trabalhar a dimensão

educativa dos museus, destacando as instituições museológicas como espaços propícios para aplicações de ações educativas para preservação do Patrimônio.

O “Projeto Casa do Magnetismo”, possibilitou a um público diverso o conhecimento sobre o complexo cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão, de forma crítica e dialogada, a Casa do Maranhão buscou apresentar nos três meses de aplicação deste projeto, informações que buscaram uma compreensão do Bumba Boi como um bem da cultura maranhense, que passou por todo um processo de resistência até sua consolidação como símbolo da cultura do estado, e uma celebração registrada como patrimônio nacional.

Sendo importante destacar, que as ações realizadas no processo tinham em comum, o compartilhamento de uma visão dessa manifestação cultural, majoritariamente, a partir de uma perspectiva dos agentes que a compõem, e da experiência de diálogo da mediação cultural, que pode ser destacada, dentro desse projeto, e da vivência de outras instituições museológicas do estado, como um meio essencial do caráter educativo dos museus.

Levando em consideração o que já foi discutido, é possível observar que dois questionamentos fundamentais constituíram a base das discussões deste trabalho. O Projeto “Casa do Magnetismo” pode ser considerado uma prática de Educação Patrimonial? A Casa do Maranhão pode ser definida como um espaço museológico ligado a Museologia Social? Na tentativa de responder a esses questionamentos, foram utilizadas diversas concepções de ações educativas e Educação Patrimonial, principalmente, pela convicção de que é imprescindível o avanço nas discussões em torno da existência de metodologias múltiplas de educação voltada para a preservação no Patrimônio.

Com o desenvolvimento da pesquisa, foi possível observar o espaço do Projeto “Casa do Magnetismo” nas discussões em torno do conceito de Museologia Social, ao analisar as atividades propostas, principalmente, o incentivo às apropriações do espaço e a realização das rodas de conversas com a participação de agentes culturais que compõem a manifestação cultural do bumba-boi é possível definir a Casa do Maranhão como um espaço museológico que tem como premissa a prática da Museologia Social, pelo estabelecimento do diálogo com a mediação cultural, pela constituição do acervo, voltado principalmente às manifestações ditas populares, fator que coloca em prática o ato de descolonização da museologia, pelo incentivo a ocupação do espaço pela comunidade, pela participação ativa e o diálogo estabelecido entre a casa e a comunidade.

Ao longo da escrita deste trabalho, por diversas vezes houveram questionamentos em torno de sua relevância para o ensino de História, nesta conclusão afirmamos que o conhecimento sobre o Patrimônio, em específico o complexo cultural do Bumba-meu-boi, temática abordada pelo projeto analisado, constitui um objeto de estudo possível, para compreender a história e a sociedade maranhense, desde o século XIX, até a contemporaneidade, observando a trajetória do Bumba-boi como elemento cultural inferiorizado pelas elites do século XIX, até sua consolidação como símbolo da cultura maranhense, bem como, compreender um processo bastante destacado ao longo deste trabalho, o alargamento das discussões em torno do conceito de Cultura e Patrimônio.

Dessa forma, o Projeto “Casa do Magnetismo”, assim como todas as práticas que tenham como objetivo a difusão de conhecimento sobre o Patrimônio Cultural, constitui um objeto de estudo essencial para compreender o lugar da educação como um instrumento de transformação da realidade, entendendo que contribuir com a preservação do Patrimônio, constitui uma prática de transformação social da realidade que nos cerca.

Foi possível compreender também, os museus como espaços sociais dinâmicos, que precisam exercer sua função educativa perante a sociedade, sendo fundamental destacar que essa função educativa não está limitada ao ambiente escolar, engloba também ambientes de educação não-formal, capazes de desenvolver o diálogo com a sociedade.

O Projeto foi realizado no ano de 2019, alguns meses antes do início da pandemia da Covid-19 e a necessidade do isolamento social que limitou o acesso em todo o mundo a qualquer prática educativa de caráter presencial, a Casa do Maranhão deu continuidade as suas atividades a partir da organização de conteúdos sobre seu acervo permanente, relativo as manifestações culturais do estado, a partir da plataforma Instagram, no período de finalização deste trabalho, a casa se encontra em um período de reformas e reorganização do acervo, e parcialmente aberta ao público.

As conquistas obtidas pelos três meses de projeto, possibilitou a Casa do Maranhão o avanço nos debates em torno da prática educativa em instituições museológicas, que já ocorria na Casa antes do projeto, tanto com o recebimento do público escolar, quanto na prática da mediação cultural e desenvolvimento em torno do caráter social das instituições museológicas. Em termos de proposições futuras, é interessante o desenvolvimento de novos estudos em torno da museologia no Maranhão, e da prática educativa, não só voltada para o ensino de História,

e ao debate de preservação do Patrimônio, mas também em outras disciplinas e áreas de atuação.

6. REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ANDREONI, Renata. **Museu, Memória e Poder**. Revista Em Questão, v. 17, p.167-179, jul-dez, 2011.

BAIMA, Carlúcio de Brito. **A educação patrimonial nos projetos de arqueologia de contrato: reflexões e contribuições**. 2016. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2016.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº 3551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, Disponível em: [D3551 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em: 09 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, 14 jan. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 09 out. 2021.

BRASIL. LEI Nº 11.906, DE 20 DE JANEIRO DE 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Brasília, 20 jan. 2009. Disponível em: [Lei 11906/2009 \(camara.leg.br\)](#). Acesso em: 05 dez. 2021.

CHAGAS, Mário. Educação, Museu e Patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org). **Educação patrimonial: educação, memórias e identidades**. 3. ed. João Pessoa: Iphan, 2013. p. 27-31. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_de_educacao_patrimonial_nr_03.pdf. Acesso em: 30 nov. 2021

CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. **Museologia social: reflexões e práticas** (à guisa de apresentação). Cadernos do CEOM, Chapecó, v. 27, n. 41, p. 9-22, 2014

CHAGAS, Mário. **Um novo (velho) conceito de museu**. In: Cadernos de Estudos Sociais, v. 1 n. 2, p.183-192,1985.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade. Ed. UNESP, 2014.

COSTA, Alex Siva. CAMÊLO, Júlia Costança Pereira. **A discriminação do Bumba-meu-boi nos diários do século XIX**, São Luís: II Simpósio de Maranhão Oitocentista, 2011.

COSTA, Andréa Katiane Ferreira. **Preservação do Patrimônio Cultural e instrumentos para a promoção de ações educativas: O Caso de São Luís (1995-2008)**. 2011. 212 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

COSTA, Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da. WAZENKESKI, Verlaine Fátima. **A Importância das ações educativas em museus**. Revista de História e Geografia Ágora, v. 17, n. 02, p. 64-73, jul-dez. 2015.

Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão. Dossiê do Registro como Patrimônio Cultural do Brasil / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Luís: IPHAN, 2011)

Disponível em: [Página - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional](#). Acesso em 20 de nov. 2021.

COSTA, José Junio Souza da. **A educação segundo Paulo Freire: uma primeira análise filosófica**. Theoria: Revista Eletrônica de Filosofia, Pouso Alegre, v., n. 18, p. 72-88, jan. 2015.

DEMARCHI, João Lorandi. **O que é, afinal, a educação patrimonial?** Uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial. São Paulo. Rev. CPC, v.13, n.25, p.140–162, jan./set 2018.

Educação Patrimonial. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. Disponível < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>>. Acesso em 13. de nov. de 2020.

FERRETTI, Sergio Figueiredo. **Negras Memórias**. Comunicação apresentada em mesa redonda no aniversário do MHAM, 2007. Disponível em: www.repositorio.ufma.br. Acesso em: 01 set. 2018.

FERRETTI, Sérgio. **Cultura popular e patrimônio imaterial: o contexto do tambor de crioula do maranhão**. Revista de Políticas Públicas, [s. l], v. 1, p. 173-179, ago. 2010. Disponível em: www.repositorio.ufma.br. Acesso em: 24 nov. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. [s.l.]: Sabotagem, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GONÇALVES, Janice. **Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural**. Revista Mouseion, n. 19, p. 83-97, dez, 2014.

GONÇALVES, Leonardo Giovane Moreira. **Afinal, o que é museu?** Reflexões introdutórias sobre a nova museologia, museologia social e o museu do assentado. Anais da VII mostra científica de Turismo, Rosana: 2019.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

Instituto Brasileiro de Museus. **Caderno da política de Educação Museal**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf>. Acesso: 06/12/2021.

MOUTINHO, Mário Caneva. **Definição evolutiva de Sociomuseologia: proposta de reflexão**. XII Atelier Internacional do MINOM. Lisboa: ULHT. 2007.

MOUTINHO, M. (Coord.) **Sobre o Conceito de Museologia Social**. In: Cadernos de Sociomuseologia, v.1, n.1, 1993.

OLIVEIRA, Maria Bernadete Garcia Baran de. **Mediação Cultural**: ação educativa no museu de arte de Joinville. 2010. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Patrimônio e Memória Social, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2010.

OLIVEN, Ruben George. **Patrimônio Intangível: considerações iniciais**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PRIMO, Judite. **Documentos Básicos de Museologia**: principais conceitos. In: Cadernos de Sociomuseologia, v.41, 2011.

PRIMO, Judite. **O social como objecto da museologia**. In: Cadernos de Sociomuseologia, v.47, n.3, 2014.

REINHEIMER, Patricia. **O museu do folclore Edison Carneiro e a Casa do Pontal**: os discursos sobre o folclore e a arte popular. In: Cadernos de Campo, n.16, p. 31-44. São Paulo: 2007.

SANT'ANNA, Márcia. **A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SCIFONI, Simone. **DESAFIOS PARA UMA NOVA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**. São Paulo: Políticas e Práticas de Educação Patrimonial no Brasil e na América, 2017. Disponível < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/viewFile/25231/19932>> acesso em: 17 de novembro de 2021.

SERRA, Monique de Oliveira. **Os museus de cultura popular de São Luís como espaços educativos**: configurações e perspectivas para uma pedagogia do imaginário. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

SIQUEIRA, Juliana Maria. **Museologia social e educação**: o poder da memória para descolonizar o ensino. Revista Fórum Identidades. v. 22, n. 22, jan./abr., p. 85-100, 2016.

SOUZA, Vanessa Rocha. **Mestres da cultura popular**: ancestralidade, oralidade e resistência. Universidade de São Paulo: 2017.

SUANO, MARLENE. **O que é Museu**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1986.

Fontes:

CARTAS PATRIMONIAIS. Disponível em: [Página - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional](#). Acesso em: 20 de out. 2021.

RELATÓRIO DE ATIVIDADE DESENVOLVIDAS PELA CASA DO MARANHÃO - 2019: período de realização: junho. São Luís: Casa do Maranhão, 2019. 20 p.

RELATÓRIO DE ATIVIDADE DESENVOLVIDAS PELA CASA DO MARANHÃO - 2019: período de realização: julho. São Luís: Casa do Maranhão, 2019. 17 p.

RELATÓRIO DE ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA CASA DO MARANHÃO - 2019: período de realização: agosto. São Luís: Casa do Maranhão, 2019. 15 p.

ESTATÍSTICA DE VISITAÇÃO AGENDADA: junho de 2019. São Luís: Casa do Maranhão, 2019.

ESTATÍSTICA DE VISITAÇÃO AGENDADA: julho de 2019. São Luís: Casa do Maranhão, 2019.

ESTATÍSTICA DE VISITAÇÃO AGENDADA: agosto de 2019. São Luís: Casa do Maranhão, 2019.